



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CENTRO DE ARTES E LETRAS

CURSO DE GRADUAÇÃO

EM LETRAS – ESPANHOL/LITERATURAS A DISTÂNCIA

História e Organização da Educação Brasileira

4º Semestre

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

Ministro do Estado da Educação

Maria Paula Dallari Bucci

Secretária da Educação Superior

Carlos Eduardo Bielschowsky

Secretário da Educação a Distância

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Felipe Martins Müller

Reitor

Dalvan José Reinert

Vice-Reitor

Maria Alcione Munhoz

Chefe de Gabinete do Reitor

André Luis Kieling Ries

Pró-Reitor de Administração

José Francisco Silva Dias

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

João Rodolpho Amaral Flôres

Pró-Reitor de Extensão

Orlando Fonseca

Pró-Reitor de Graduação

Charles Jacques Prade

Pró-Reitor de Planejamento

Helio Leães Hey

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Vania de Fátima Barros Estivaleta

Pró-Reitor de Recursos Humanos

Fernando Bordin da Rocha

Diretor do CPD

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Fabio da Purificação de Bastos

Coordenador CEAD

Paulo Alberto Lovatto

Coordenador UAB

Roberto Cassol

Coordenador de Pólos

CENTRO DE ARTES E LETRAS

Edemur Casanova

Diretor do Centro de Artes e Letras

Maria Tereza Nunes Marchesan

Coordenadora do Curso de Graduação de Letras – Espanhol/Literaturas a Distância

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Jorge Luiz da Cunha

Professor pesquisador/conteudista

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADAS À EDUCAÇÃO

Elena Maria Mallmann

Coordenadora da Equipe Multidisciplinar

Débora Marshall

Mariza Gorette Seeger

Técnicas em Assuntos Educacionais

PRODUÇÃO DE RECURSOS EDUCACIONAIS

Luiz Caldeira Brant de Tolentino Neto

Coordenação

Evandro Bertol

Marcelo Kunde

Designers Gráficos

Carlo Pozzobon de Moraes

Ilustração

Ingrid Souto

Designer de Mediação

ATIVIDADES A DISTÂNCIA

Ilse Abegg

Coordenação

TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Andre Zanki Cordenonsi

Giliane Bernardi

Coordenação

Bruno Augusti Mozzaquatro
Edgardo Gustavo Fernández
Leandro Moreira Crescencio
Rosiclei Aparecida Cavichioli Lauermann
Tarcila Gesteira da Silva
Professores pesquisadores

Juliano Rafael Andrade
Vanessa Cassenote
Suporte

UNIDADE 1

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA DA COLÔNIA AO IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA (1549 – 1930)

OBJETIVOS

- Identificar, na organização da educação, a partir do Brasil Colônia, a influência do ensino jesuítico e a difusão da cultura européia;
- Identificar os interesses políticos e econômicos, do período da reforma pombalina e os reflexos na legislação educacional;
- Compreender a organização do ensino superior, a partir das reformas de D. João VI;
- Analisar o período da independência brasileira e as mudanças educacionais que ocorrem na sociedade brasileira;
- Compreender as propostas educacionais organizadas no período republicano, relacionando-as com a realidade social, política e econômica do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

ARANHA, Maria. **História da Educação**. 2.ed. Moderna: São Paulo, 1998.

GHIRALDELLI, Junior, Paulo. **História da Educação Brasileira**. Cortez: São Paulo, 2006.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 7.ed. Ática: São Paulo, 2006.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 13.ed., Brasiliense: São Paulo, 1973.

ROMANELLI, Otáisa. **História da educação no Brasil**. 19.ed. Vozes: Petrópolis, 1997.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República – de 1889 a 1930**. 3. ed. Vol. 2. São Paulo: Fulgor, 1968.

CHAGAS, Valnir. **O ensino de 1o. e 2o. graus - antes, agora e depois**. São Paulo: Saraiva, 1984.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. RJ: Francisco Alves, 1980.

CURY, Carlos Alberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1986.

____. A educação e a primeira constituinte republicana. In FÁVERO, Osmar (Org.) **A educação nas constituintes brasileiras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

XAVIER, Maria Elizabete. **Capitalismo e escola no Brasil**. São Paulo: Papyrus, 1990.

INTRODUÇÃO

Para compreendermos a história da educação na sociedade brasileira, desde suas primeiras organizações, é necessário que busquemos o entendimento de nossa história. Ao longo da história e organização da educação brasileira esteve presente, sempre, a dicotomia entre os valores desejados e os valores reais, ou seja, como se refere PILETTI(2006, p.26) "(...) entre a lei e a realidade (...) no campo educacional, apesar de leis sempre mais numerosas e perfeitas, continuamos a enfrentar problemas seculares: analfabetismo, repetência, evasão, falta das mínimas condições de um ensino eficiente etc. (...)".

Percorrendo nossa história encontramos em diferentes contextos sociais, políticos e históricos, diferentes formas de estruturação educacional. A cada período, colonial, monárquico e republicano, há um propósito desejado.

No período colonial (1500-1822, é claro o objetivo de converter os índios à fé católica, velando assim a dominação a que foram submetidos. O ensino das primeiras letras, denominação a que a educação recebia, tinha uma função catequética e de impor costumes europeus. No período monárquico (1822-1889), há a organização do ensino primário, curso secundário regular e universidade, no período republicano (1889-2008) a legislação educacional continua fiel a regra: muda a lei, mas a realidade continua estagnada.

A compreensão da história do Brasil no século XVI deve ser vinculada aos acontecimentos da Europa, visto que a colonização é um processo que resulta da necessidade da burguesia nascente de expandir-se comercialmente. Classe esta que se organiza a partir da Revolução Comercial que acontece na Europa.

As colônias, entre elas, o Brasil são territórios que permitem a ampliação do comércio e grandes fornecedores de produtos tropicais e metais preciosos. Podemos falar em colonização, no caso brasileiro, a partir de 1530 quando ocorre à efetivação das capitânicas hereditárias, primeiras doações de sesmarias (grandes extensões de terras) no território da colônia, favorecendo a organização da monocultura da cana-de-açúcar pela Metrópole na nova colônia.

A economia colonial se amplia em torno do engenho do açúcar, sendo o grande proprietário de terras o elemento fundamental para a introdução da mão de obra escrava na economia colonial.

O significado ou o sentido de nossa colonização pode ser analisado através das palavras de Caio Prado Júnior:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros, mais tarde, ouro e diamantes; depois algodão e, em seguida, café para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio: inverterá seus cabedais recrutará mão - de -obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. (PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 13 ed., São Paulo, Brasiliense, 1973, p. 25)

Desta forma, justificamos a relevância do conhecimento da nossa formação até nossos dias, para que sempre compreendamos as construções que ao longo da nossa cultura, história e de nossa educação estruturaram as relações de trabalho e sociais, muitas vezes constituindo práticas excludentes e discriminatórias.

Conhecer a trajetória da história da educação no Brasil faz com que pensemos que os caminhos equivocados percorridos devam ser exemplos para que a sociedade atual pense em uma educação voltada para a inclusão e diminuição das desigualdades entre homens e mulheres, assinalando para um futuro mais digno e justo.

1.1 - OS JESUÍTAS NO BRASIL E DIFUSÃO DA CULTURA EUROPEIA

Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, tendo como objetivo principal a catequização e a instrução dos índios nativos, convertendo-os ao catolicismo. A primeira fase da educação brasileira é marcada pela chegada destes padres.

No Brasil, os jesuítas se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Perceberam que não seria possível converter os índios à fé católica sem que soubessem ler e escrever. De Salvador a obra jesuítica estendeu-se para o sul e em 1570 já era composta por cinco escolas de instrução elementar: Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga, e três colégios: Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

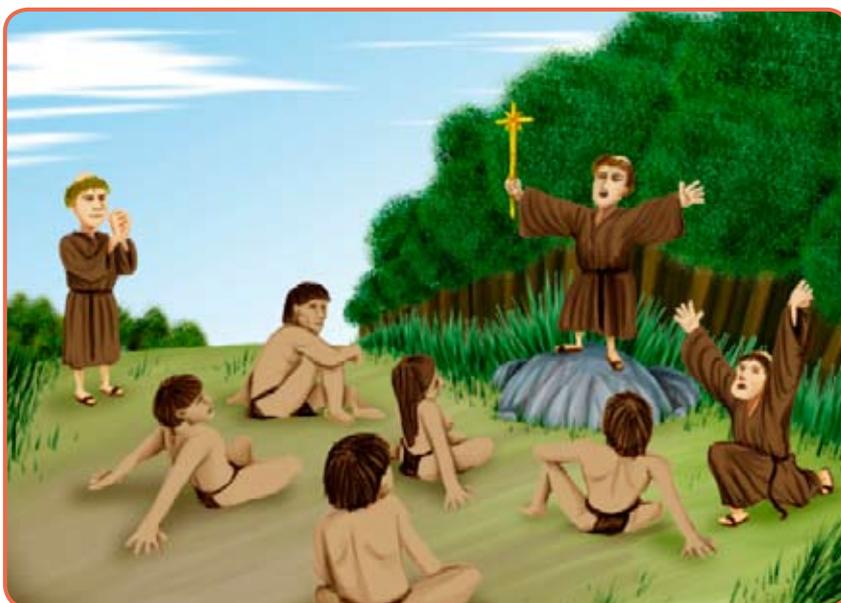


Figura 1.1.1: Jesuítas catequizando índios.

Os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais, iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área da medicina.

Além dos jesuítas outras ordens se empenharam no trabalho educativo como as dos franciscanos, dominicanos, carmelitas e benediti-

nos. Em 1549 quando chegam os jesuítas destaca-se o padre Manuel da Nóbrega, os missionários começam de forma rápida a organizar uma escola de “ler e escrever”. Tem-se o início das escolas elementares, secundárias, seminários e missões, por diversas regiões do Brasil até o ano de 1759, data em que os jesuítas são expulsos.

Os jesuítas, por mais de dois séculos, promoveram uma educação intensiva junto aos indígenas, catequizando-os. Também promoveram a educação para os filhos dos colonos, formaram novos sacerdotes e elite intelectual, tiveram assim controle da fé e da moral sobre grande parte dos povos locais.

Hoje, é consenso pensar que essa promoção educativa junto aos povos indígenas pelos jesuítas está na sombra de um objetivo mais complexo: a sujeição do índio e a conquista de suas terras para o desenvolvimento dos colonizadores. A religião surge como um elemento decisivo e determinante para a instrumentalização de tal projeto. Os padres representam na terra, a voz do divino, estavam a serviço do rei e do papa. Sua missão era converter, não importando os meios, contribuindo com a dominação européia.



Figura 1.1.2: Colégio dos Jesuítas foi à única instituição formal de ensino nos primeiros 250 anos da história do Brasil.

A eficiência do trabalho catequético promovido pelos padres jesuítas revela que em poucos anos conseguiram expandir pelo território brasileiro várias missões, escolas e colégios. O objetivo educacional de levar o ensino das primeiras letras e as humanidades trazia, embora velado, um desejo de submetê-los a fé católica e cultura e aos costumes dos brancos europeus.

Em nome da fé católica a expansão da educação jesuítica traz um

resultado desastroso. Milhões de índios de diferentes culturas, que aqui viviam foram dizimados. Segundo (VEIGA, 2007, p. 50) “A primeira coisa a considerar é a existência de um número significativo de etnias indígenas portadoras de múltiplos costumes – o que inclui modos diferenciados de conceber a educação e a formação das novas gerações nas respectivas tradições, linguagens e rituais (...)”.



Figura 1.1.3: Bandeirantes sertanistas experientes, foram contratadas para o extermínio de índios ainda rebeldes à colonização

Segundo (VEIGA, 2007, p. 50) “(...) estima-se que, no início da colonização, havia cerca de 1.175 diferentes línguas indígenas, permanecendo apenas 15% delas na passagem do século XVIII para o XIX (...)”.

Os jesuítas foram os principais agentes da educação na Colônia, os padres da **Companhia de Jesus** sobressaíram em relação às outras ordens religiosas (beneditinos, franciscanos, carmelitas) a maioria de procedência portuguesa. Suas ações pedagógicas eram extensões do pensamento e métodos educacionais da metrópole, o que significa a recusa da cultura local e é manifestada através de suas imposições religiosas e culturais enfatizando a conversão do gentio.

As atividades educacionais que se salientaram eram a pregação, o ensino de orações, cantos e ofícios, alfabetização e o ensino formal do latim. Geralmente essas ações aconteciam no interior das igrejas, missões, em oficinas, colégios e seminários.

A educação colonial efetivada pela Companhia de Jesus revela uma educação lusitana, expressando conteúdos e valores da metrópole. Além de práticas de alfabetização e catequese, outras ações pedagógicas foram usadas pelos padres jesuítas, entre elas o aldeamento,

SAIBA MAIS

Inácio de Loyola (1491-1556) “soldado de cristo” funda a **Companhia de Jesus**, daí o nome jesuítas dado aos seus seguidores. Criada em 1534 e oficialmente aprovada pelo papa Paulo III em 1540, a Ordem se vincula diretamente à autoridade papal. Por não se retirar em conventos, seus adeptos são chamados padres seculares, isto é, que se misturam aos fiéis no mundo.

a prática do trabalho regular e ofício. A educação tinha um claro objetivo: a cristianização. Ao longo do século XVI muitos aldeamentos indígenas foram criados, onde se formam oficinas para a catequese e a alfabetização das crianças.



Figura 1.1.4: Local da Fundação de SP- Companhia de Jesus – Colégio dos Jesuítas.

Em 1599, publica-se a *Ratio Studiorum* (Ordem dos Estudos) plano de estudos da Companhia de Jesus que tem a sua efetivação com o padre Manoel da Nóbrega. A ordem dos estudos era um conjunto de normas e estratégias, que tinha como objetivo como explica (GHIRALDELLI, 2006, p. 25) “(...) era o de ‘formação integral do homem cristão’, de acordo com a fé e a cultura daquele tempo. Esse plano de estudos articulava um curso básico de humanidades com um de filosofia seguido por um de teologia (...)”.

Os colégios jesuítas influenciaram a sociedade e a elite brasileira, como diz (GHIRALDELLI, 2006, p.26) “(...) não foram muitos, diante das necessidades da população. Todavia, foram suficientes para gerar uma relação de respeito entre os que eram os donos das terras e os que eram os donos das almas (...)”.

A economia colonial fundamentada na grande propriedade e na mão-de-obra escrava, favoreceu a importação de formas de pensamento e idéias dominantes da cultura medieval européia, através da obra dos jesuítas.

Com isso, a sociedade latifundiária e escravocrata passou a ser também uma sociedade aristocrática aos moldes da sociedade européia, por obra educativa da Companhia de Jesus, favorecendo as camadas dominantes e desfavorecendo a educação do povo.

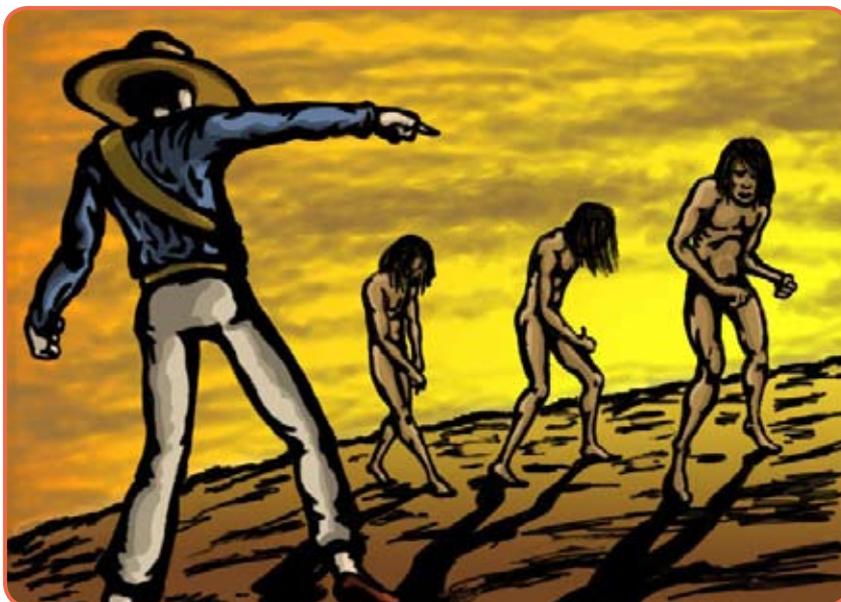


Figura 1.1.5: Escravidão indígena.

Após a perda da **hegemonia** da Igreja Católica, quando da reforma da Igreja na Europa com a divisão sofrida através do movimento protestante, liderado por Lutero no século XVI (que questiona os dogmas da Igreja), é então criada a Ordem Jesuíta através da Companhia de Jesus. A criação da Companhia de Jesus foi, portanto, uma reação da Igreja na sua proposta de Contra-Reforma. Isso se dá em busca da recuperação de sua supremacia e poder, valendo-se, para tanto, da educação.

A educação jesuítica que se colocou na América, a partir da colonização, não favoreceu a educação do povo. Através do programa formal de ensino da *Ratio Studiorum*, apenas as camadas dominantes (senhores de engenho e donos de terra) tiveram direito à educação formal.

A organização jesuítica, apesar de não ser uma política de Estado e não existir nenhuma legislação de ensino neste período, não deixava de representar os interesses colonizadores portugueses no Brasil. Em 1808 com a vinda da família real portuguesa pouco mudou a educação para o povo. Neste período (1808-1818) houve importantes criações como a Imprensa Régia (Jornal 'A gazeta do Rio' e de revistas); da Biblioteca Pública; do Jardim Botânico no Rio de Janeiro; do Museu Nacional.

O ensino no Brasil, no século XVII, não apresentou grandes mudanças, com o século anterior. Continua o monopólio dos jesuítas, o ensino continua conservador, interessando a poucos elementos da classe dirigente, sendo uma educação erudita, literária e dogmática.

SAIBA MAIS

Hegemonia-Preponderância, supremacia, superioridade (Dicionário Novo Aurélio - Século XX)

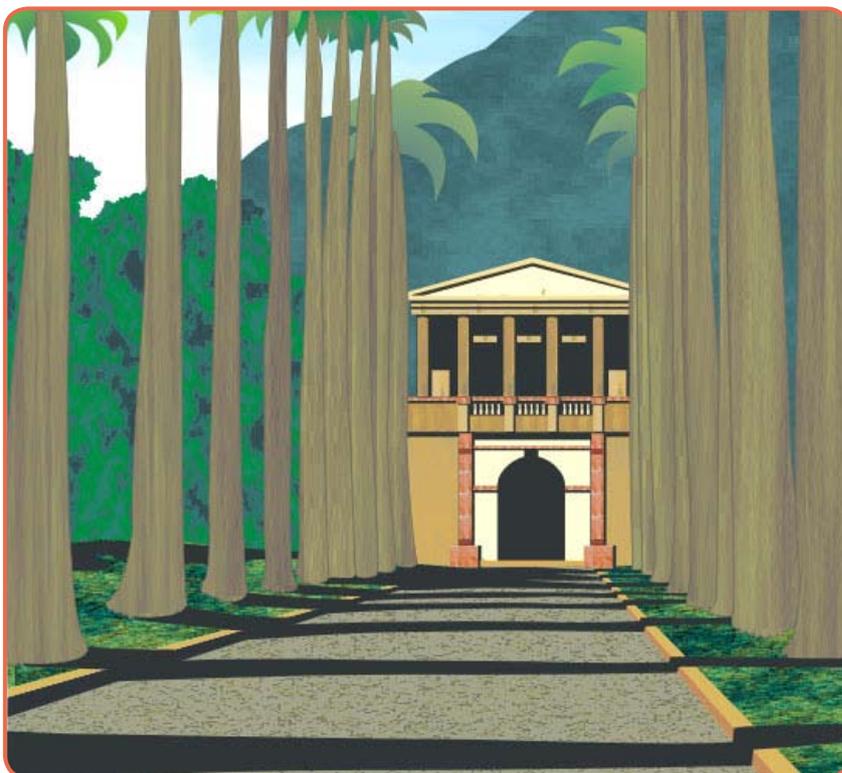


Figura 1.1.6: Jardim Botânico RJ

Neste contexto, a sociedade brasileira possui poucos núcleos urbanos a maioria da população vive no campo. Trata-se de uma sociedade agrária e escravista, não há interesse pela educação elementar, refletindo na grande maioria de massa de iletrados. As mulheres e os negros são os grandes excluídos do ensino.

A educação, com o tempo, atende a um segmento novo, o da pequena burguesia urbana que aspira à ascensão social. Para os brasileiros que desejavam seguir profissões liberais, o caminho era o estudo na metrópole. Fato este muito comum, para os filhos dos grandes proprietários de terra que buscavam na Europa a educação para seus filhos.

Segundo Aranha(1998, p. 116) "(...) no campo da educação, enquanto na Europa estabelecia-se a contradição entre o ideal da pedagogia realista e a forma conservadora, no Brasil, a atuação da Igreja foi muito mais forte e duradoura (...) o catolicismo difundido pela Companhia de Jesus foi de fato o 'cimento da nossa unidade'

1.2- A REFORMA POMBALINA E OS DESDOBRAMENTOS DA EDUCAÇÃO

No século XVIII, ocorre no Brasil o auge da produção aurífera, logo depois começa a declinar. As riquezas vindas desta produção provocam profundas transformações por toda a sociedade colonial. Portugal continua com a política dependente frente às principais potências europeias, sobretudo a Inglaterra.

Neste contexto, assume em Portugal, nomeado pelo então rei português Dom José I, como ministro dos Negócios Estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, logo depois se torna primeiro-ministro. Em sua gestão, Pombal, pôs em prática um vasto programa de reformas, que tinha o objetivo de racionalizar a administração. Incorporou as novas idéias da Europa divulgadas pelo **Iluminismo**, mantendo aspectos do absolutismo e da política mercantilista.

O século XVIII, conhecido como o Século das Luzes, do Iluminismo e da Ilustração, foi o século em que o poder da razão humana reorganiza o mundo. Neste sentido, grandes transformações acontecem na Europa, explodem revoluções, as chamadas Revoluções Burguesas. Neste período as idéias como de Locke se espalham pela Europa e pelo novo mundo, posteriormente influenciando os movimentos emancipatórios. No Brasil, podemos citar como exemplo a Conjuração Mineira (1789) e Baiana, movimentos reprimidos violentamente. Na Europa acontece a Revolução Francesa (1789), que defende os princípios de "igualdade, liberdade e fraternidade", um pouco antes (1776) a Independência dos EUA.

SAIBA MAIS

Iluminismo: Filosofia das luzes. Movimento que questionou a sociedade movida pela fé e faz da "razão", a forma de desenvolvimento social. Início da laicidade do mundo moderno.



Figura 1.2.1: Revolução Francesa.

Neste contexto social, político e histórico a sociedade brasileira também se reorganiza. A educação sofrerá forte influência destes acontecimentos, através de Pombal, então ministro português. Iniciará a reconstrução do ensino, provocando um grande retrocesso no sistema educacional.

Em 1759, quando encerradas as atividades da Companhia de Jesus no Brasil, por ordens de Pombal, tinha-se na colônia 36 missões e 17 colégios e seminários e muitas outras escolas menores instaladas em povoações e aldeias.

Várias medidas realizadas por Pombal são medidas desconexas: em 1772 é implantado o ensino público oficial, a coroa nomeia professores e estabelece planos de estudos e inspeção. Cursos como de humanidades, implantados pelos jesuítas, são modificados para o sistema de aulas régias, com disciplinas separadas.

Muitas cidades como Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas, São Paulo, serão indicadas como locais para a implantação de aulas cujo objetivo será ler e escrever. O pagamento dos novos professores virá da cobrança de impostos conhecido como “subsídio literário”.

As mudanças proclamadas com a reforma educacional trazem transformações nos objetivos das aulas, que passam a enfatizar o desenho, a aritmética, a geometria, a língua francesa, as ciências naturais, comprovando a influência dos novos tempos que se contrapõem ao dogmatismo da tradição jesuítica. Segundo Aranha (1998) os professores eram mal remunerados, muitos os criticavam tendo-os como desqualificados, havia queixas da incompetência dos mestres leigos.

A partir de 1779, começa a ocorrer a fiscalização das aulas régias, com o vazio deixado pelos jesuítas, poucas escolas surgem de carmelitas, beneditinos e franciscanos. Pombal, em 1772, reestrutura a Universidade de Coimbra, no lugar da Companhia de Jesus assume a Ordem do Oratório, com uma visão mais avançada, a partir das influências das idéias iluministas. A língua deixa de ser o latim e passa-se ao uso da língua moderna, há preponderância das ciências da natureza e dos estudos jurídicos.

Os jovens brasileiros, das classes dirigentes, que vão para lá continuar seus estudos são influenciados pelo pensamento moderno das idéias de Rousseau, Locke e Voltaire, tem-se aí o início de uma proliferação de movimentos que desejam a emancipação da colônia. Como exemplo os conjurados brasileiros.



Figura 1.2.2: Marquês de Pombal.

1.3 – D. JOÃO VI NO BRASIL E A FORMAÇÃO SUPERIOR

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil (1808) e com a Independência (1822), a preocupação com a educação, passou a ser a formação das elites dirigentes do país. As autoridades não tiveram a preocupação em organizar um sistema nacional de ensino, integrando graus e modalidades. Houve um interesse em criar algumas escolas superiores.



Figura 1.3.1: Chegada da Família Real portuguesa à Bahia.

No transcorrer do século XVIII, mais no seu final e início do século XX muitas transformações ocorrem mundialmente, como destaca (PI-LETTI, 2006, p.41):

- No plano político, a burguesia derrota a nobreza e assume o poder do Estado, como por exemplo, na França, com Revolução Francesa (1789);

- No campo econômico, a Revolução Industrial, iniciada na segunda metade do século XVIII com o emprego da máquina e a produção em grandes fábricas, produz um grande avanço do capitalismo, paralelamente às miseráveis condições de trabalho e de vida dos trabalhadores;

- No aspecto social, crescem as grandes cidades, em torno das fábricas e surge uma nova classe, a dos proletários – trabalhadores assalariados cuja riqueza são prole numerosa e a força de trabalho, que são obrigados a vender em troca de salários aviltantes;

- Tentando compreender e explicar as transformações políticas, econômicas e sociais, e nelas influir, desenvolve-se as ciências humanas: a História, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia e outras.

A vinda da Família Real e a Independência do Brasil trazem modificações importantes na estruturação da educação no contexto da sociedade brasileira. Segundo (PILETTI, 2005, p. 42), “[...] pode-se afirmar que o objetivo das reformas pombalinas, de criar a escola útil aos fins do Estado, passaria a ser concretizado, mas apenas no que diz respeito ao ensino superior. Agora, seria necessário formar no Brasil a elite dirigente do país [...]”.

Diversos cursos foram criados por Dom João entre eles a Academia de Marinha (1808), na cidade do Rio de Janeiro, a Academia Real Militar (1810), cursos de Anatomia e Cirurgia (1808), laboratórios de Química (1812), curso de Agricultura (1814), Escola Real de Ciência, Artes e Ofícios (1816). Na cidade da Bahia foi criado o curso de Cirurgia em (1808), cadeira de Economia (1808), curso de Agricultura (1812), curso de Química (1817), e o curso de Desenho Técnico em 1817.

Dom João também funda neste mesmo período a imprensa régia (1808) o que coloca em circulação o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, inaugurando o nosso jornalismo. Foi criada, também, nossa primeira biblioteca pública (1814), segundo PILETTI (2005, p.42) “com sessenta mil volumes cedidos pelo próprio príncipe regente”.

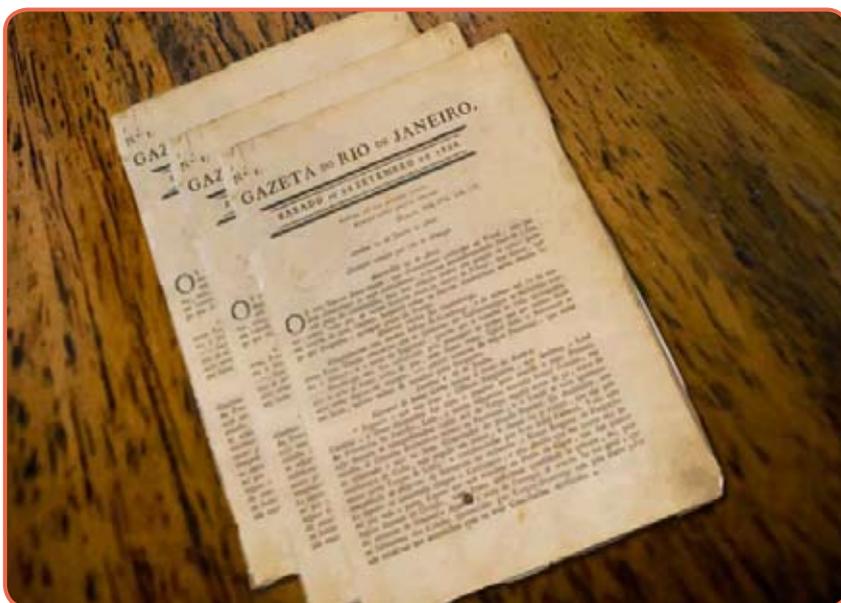


Figura 1.3.2: Jornal A Gazeta Rio de Janeiro.

Essas mudanças na educação são reflexos da vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808, onde se percebe mudanças no ensino. A cidade do Rio de Janeiro, sede do reino português, assiste a inúmeras criações de cursos, alguns já citados. Muitos cursos criados tinham objetivos profissionalizantes em nível médio e superior, também cursos com fins militares. A organização e estruturação deste novo modelo de ensino como diz Ghiraldelli (2006, p. 28) “[...] foram criados para

tornar o ambiente realmente parecido com o que teria de ser a Corte. [...] no decorrer, nasceu no Rio de Janeiro o Curso de Medicina [...].”

No período do Império, o ensino foi estruturado em três níveis: primário, secundário e superior. Segundo Ghiraldelli (2006, p.28) “[...] o primário era a “escola de ler e escrever”, que ganhou um incentivo da Corte e aumentou suas disciplinas consideravelmente. O secundário se manteve dentro do esquema das “aulas régias”, mas ganhou uma divisão em disciplinas, principalmente nas cidades de Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O ensino secundário, no período colônia, era caracterizado por aulas segundo Piletti (2005, p. 44) “[...] avulsas e dispersas. Sua principal função era preparar os estudantes para o ingresso nos cursos superiores, constituídos por escolas isoladas de formação profissional”.

Logo ao chegar ao Brasil, Dom João VI determina novas medidas relacionadas à educação, criando escolas de nível superior atendendo as necessidades da nova organização educacional de uma realidade social que nasce a luz de ideais iluministas europeus.

Os cursos jurídicos surgem após a independência, em São Paulo e, em 1827, em Recife, tornando-se faculdades em 1854. Segundo Aranha (1998, p. 153) “[...] mesmo no ensino superior, os cursos, às vezes transformados em faculdades, permanecem como institutos isolados, sem que haja interesse na formação de universidade. De qualquer forma, as medidas reforçam o caráter elitista e aristocrático da educação brasileira, a quem têm acesso os nobres, os proprietários de terras e uma camada intermediária, surgida da ampliação dos quadros administrativos e burocráticos [...]”.

O interesse pelas atividades com funções administrativas, políticas e do jornalismo faz com que camadas intermediárias da população procurem os cursos de Direito e não para o exercício da carreira jurídica, propriamente dita. Para a sociedade que se organiza com valores eurocêntricos é notável como diz Aranha (1998, p. 153) “[...] o diploma exerce uma função de “enobrecimento”. Letrados e eruditos, com ênfase na formação humanística, cada vez mais se distanciando do trabalho físico “maculado” pelo sistema escravista”.

Os cursos que mais atraem os jovens são os jurídicos, na segunda metade do século XIX diz-se ser a idade de ouro do bacharel, que tinha prestígio no uso, sobretudo da tribuna.



Figura 1.3.3: Dom João VI.

1.4 O Brasil independente e as pretensões educacionais

O ano de 1820 traz significativas mudanças, entre elas destaca-se a revolução em Portugal, avanço de movimentos de independência na América e pelas revoluções liberais na Europa.

Com a independência em 1822 a situação da educação pouco se modifica. A Constituição de 1824 estabeleceu, quanto ao ensino primário: “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (art. 179, XXXII). Segundo Piletti (2006, p. 24) “o problema, no entanto, para os eventuais interessados, era localizar os estabelecimentos em que tal instrução seria oferecida, já que os mesmos praticamente não existiam. Tanto que a primeira lei do ensino primário, em 1827, determinou que deveriam ser criadas escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos. Até hoje tal dispositivo não foi cumprido...E vieram tantas outras leis garantindo muito mais que o ensino de primeiras letras!”.



Figura 1.4.1: Independência ou morte.

Em 1837, é criado o Colégio de Pedro II, dentro das reformas do ensino secundário. Essas reformas tinham como objetivo uma proposta de educação de alta qualidade, com currículos enciclopédicos, sendo todas as áreas do conhecimento humano contempladas. Esses estudos tinham a freqüência de um número pequeno de estudantes.

Neste período a proposta da educação de nível médio e superior, prioritariamente, é voltada para a manutenção dos valores da classe dominante. Era difícil pensar a educação do povo, pensar na democratização do ensino.

O período imperial (1822 – 1889) deu grande importância à ex-

pansão da instrução nas camadas populares e também, com a organização de um sistema de ensino, o que posteriormente, no Brasil, irá transformar-se nas diretrizes curriculares.

O novo ideal de um país independente, encontrava, na instrução do povo, um sólido pilar para a construção de uma sociedade de base **liberal**, idéias que irão predominar o discurso do período.

“A *Constituição de 1824* traz um ideário democrático no campo da instrução, garantindo “a criação de colégios e universidades e promete a todos os cidadãos, a instrução primária gratuita” evidenciando-se dessa forma a **ideologia liberal** nos objetivos propostos sobre a igualdade de direitos à educação primária.

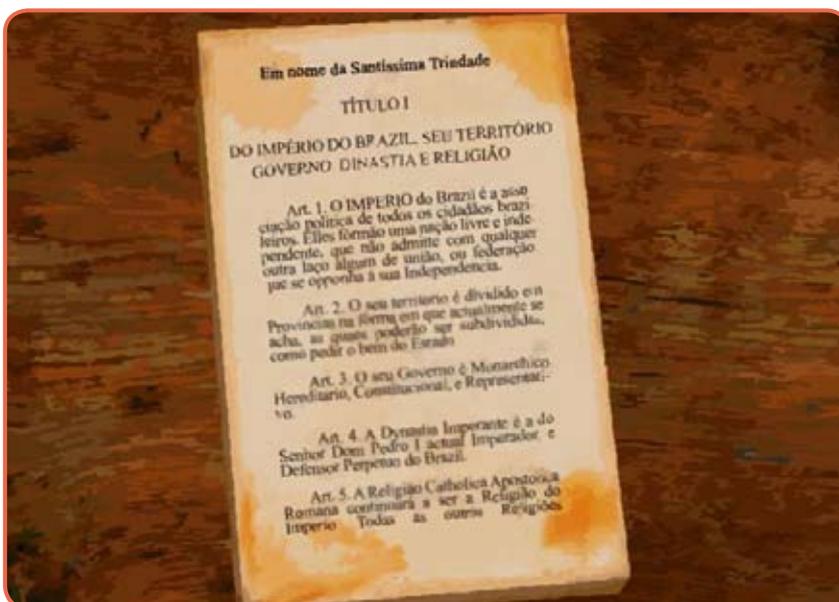


Figura 1.4.2: Constituição de 1824.

A legitimação destas idéias irá esbarrar em problemas de ordem estrutural, da organização social, herança do período colonial, que ainda encontra-se na estrutura social do período, que se volta aos interesses da aristocracia rural e do latifúndio, coerente a cultura hegemônica do período. Esse discurso aristocrático é obstáculos para a efetivação dos ideais de liberdade e, também, dos projetos de educação.

A sociedade ainda encontra-se, na sua maior parte, rudimentar, herança que o novo regime traz do período colonial. A maioria dos proprietários são analfabetos, negros escravizados e índios tinham preocupações com necessidades básicas elementares. Desta forma, um ensino mais erudito e científico se distancia da realidade brasileira deste período, tornando-a destituída de qualquer sentido.

A partir do século XVIII, a humanidade toma novos rumos com as **idéias iluministas**, embora no Brasil, o contexto social, político e cultural não encontre espaço para o pensamento científico, criador e

SAIBA MAIS

Liberal – liberal – liberalismo: partidário do liberalismo político e econômico; liberalista. De acordo com Luis Antônio Cunha, em sua obra “A universidade temporã, 1986, o liberalismo é um sistema de idéias construído por pensadores ingleses e franceses nos séculos XVII e XVIII, baseado nos princípios: individualismo; liberdade; propriedade; igualdade e democracia”. O individualismo é o princípio básico, o que se contrapõe aos direitos sociais. O individualismo, portanto, não implica rejeição da estrutura de classes e da desigualdade social. A liberdade tem a ver com a liberdade individual; liberdade de ação econômica diante do Estado. A propriedade individual corresponde no liberalismo ao ganho pelo esforço de cada um. Vale o indivíduo que possui propriedade, o que acentua as diferenças sociais e valoriza a classe dos proprietários, especialmente do capital. A igualdade estabelece que todos devem ter direitos iguais, o que, numa sociedade de classes, não implica igualdade de oportunidades. A democracia é o princípio que estabelece o direito de todos os indivíduos participarem do governo através do voto. Não trata, portanto, da democracia direta e sim da indireta.

Ideologia liberal: O discurso da ideologia liberal na educação é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum privilégio de herança ou de dinheiro, ou de nenhum credo religioso ou político. A instrução não deve estar reservada às elites ou classes superiores, nem ser um instrumento aristocrático para servir a quem tem tempo e dinheiro. A educação deve estar a serviço do indivíduo, do homem total, liberado e pleno (...). O liberalismo é a realização individual para a construção do progresso social. (CUNHA, 1980). O liberalismo, portanto, se opõe aos direitos sociais.

crítico desse movimento.

A sociedade do período mostrava um desinteresse pela ciência, principalmente, pela ciência experimental, coerente com uma sociedade, que enaltecia as atividades do espírito, a educação incentivava o **ócio**, comportamentos e discursos que demonstravam o preconceito ao trabalho manual associado ao trabalho manual, reservado ao escravo.



Figura 1.4.3: Meios utilizados para a difusão das idéias.

A educação do período tinha como proposta educacional de nível médio e superior, objetivos que atendiam os valores da classe dominante, assim era pouco provável, se pensar uma educação que atendesse ao povo e a democratização do ensino.

Desta maneira, a realidade tornava distante a efetivação da escola primária e essa se tornava uma instituição sem relevância e dispensável. A manutenção de uma sociedade, baseada em uma economia de monocultura latifundiária, condizente com o modelo exportador, não trazia a necessidade de uma educação diferente, visto que nenhuma força de trabalho é exigida na escola.

As “escolas de primeiras letras” são criadas em 1827, pela Lei Geral do Império, onde deveriam existir em todas as cidades, vilas e lugares onde a população fosse mais numerosa. Essas escolas deveriam atender a todos os cidadãos, de acordo com a constituição do Império. No entanto, na prática pouco sucesso obteve.

No ano de 1834, é instituído o **Ato Adicional à Constituição de 1824**. Através do Ato Adicional de 1834, as Assembléias Legislativas provinciais passam a ter o direito de “*legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-las*”, também, prevendo

SAIBA MAIS

Iluminismo: Filosofia das luzes. Movimento que questionou a sociedade movida pela Fé e faz da “razão, da inteligência do indivíduo a forma de desenvolvimento social. Fazer o ser humano valer-se de sua inteligência, conquistar a liberdade para pensar, foi o caminho proposto por esta filosofia. Foi um movimento que apostou na atividade do homem pelo uso da razão, em contraposição à passividade proposta pelos dogmas da Igreja. Foi com este movimento que se iniciou a laicidade do mundo moderno.

Ócio: Descanso do trabalho; folga, repouso; tempo que se passa desocupado; vagar, quietação, lazer, ociosidade; falta de trabalho; desocupação; preguiça, indolência, moleza ou ocupação suave, agradável (Dicionário eletrônico: Novo Aurélio – Século XXI).

meios para a manutenção da educação nas províncias pelas próprias províncias.

Assim criou-se um sistema dual de poderes, ou seja, o poder provincial e o central ao ensino primário e secundário. O direito de promover e regulamentar a educação de nível médio ficou a cargo do poder central, restrito no **Município Neutro** e a educação de nível superior em todo o Império. Neste período foi criado o Colégio Pedro II no Município da Corte, servindo de modelo para as demais escolas de nível médio que no Brasil fossem criadas.

As províncias tinham a responsabilidade de regulamentar e promover a educação primária e média, evidenciando uma descentralização, retirando do poder central o compromisso com a educação do povo.

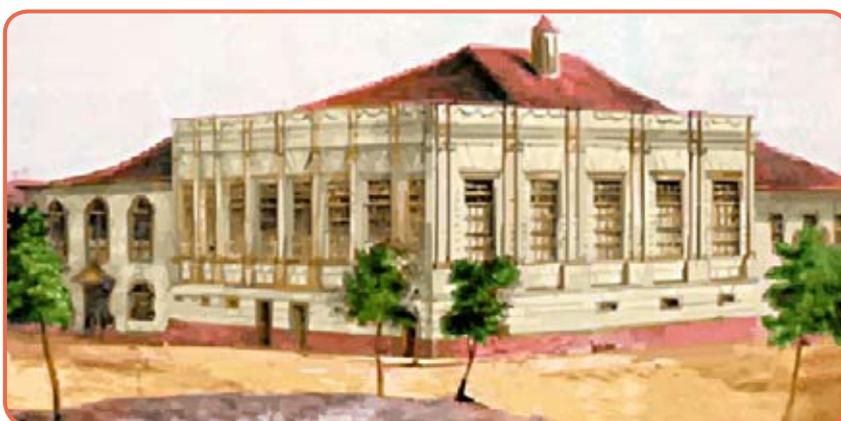


Figura 1.4.4: Ato adicional 1834 - O prédio do Senado no período Regencial.

A formação dos professores e o ensino primário são atribuições das províncias, e estas encontravam muitas dificuldades para efetivar as propostas do Ato Adicional de 1834. O contexto da sociedade brasileira era distante de uma sociedade moderna industrial, retirando da educação sua relevância, assim os recursos eram insuficientes.

Os reflexos sentidos na prática, através do Ato Adicional de 1834, são resultados que dão ao ensino outros caminhos, como por exemplo, delegando a iniciativa privada, na época, as Ordens Religiosas, o domínio do ensino de nível médio. O ensino primário ficou reduzido a poucas escolas e caiu no descaso, mantendo-se com recursos de alguns mestres-escolas, que não tendo formação para o exercício de outra profissão, viam-se na condição de ensinar.

Segundo Romanelli (1997), o ensino médio que tinha o incentivo da iniciativa privada, era excludente, elitista vindo a atender as necessidades de famílias com posses que podiam pagar a educação para seus filhos.

A influência jesuítica de seus seminários e colégios permanecem na educação, favorecendo o ensino médio que tinha na sua estru-

SAIBA MAIS

Município Neutro – hoje Distrito Federal – sede do poder central

ra curricular a estrutura **propedêutica** e enciclopédica, sem nenhuma proposta científica, sendo que a escola primária não tem nenhum valor e relevância social. A legislação torna-se um instrumento sem força, como analisa Chagas (1984, p, 14):

Componentes de ordem política impossibilitavam uma ação mais decisiva dos poderes gerais nas províncias; os de natureza econômica, pela escassez de recursos dificultavam, não apenas tal ação, como os dos próprios governos provinciais; e os de ordem sócio cultural levavam adiante aquele sentido ornamental de uma escola destinada à mera qualificação das elites, ao mesmo tempo em que impediam as inovações por muitos já reclamadas numa hora de efervescência e mudanças. (CHAGAS, 1984,p.14).

Posteriormente, com o fim do tráfico de escravos e o declínio da produção cafeeira, encerrando o ciclo do açúcar e deslocando do nordeste para o sudeste o eixo da produção, muitas mudanças começam a acontecer no Império, fatores que levam a sociedade imperial a consolidar-se e se organize para o seu próprio desenvolvimento.

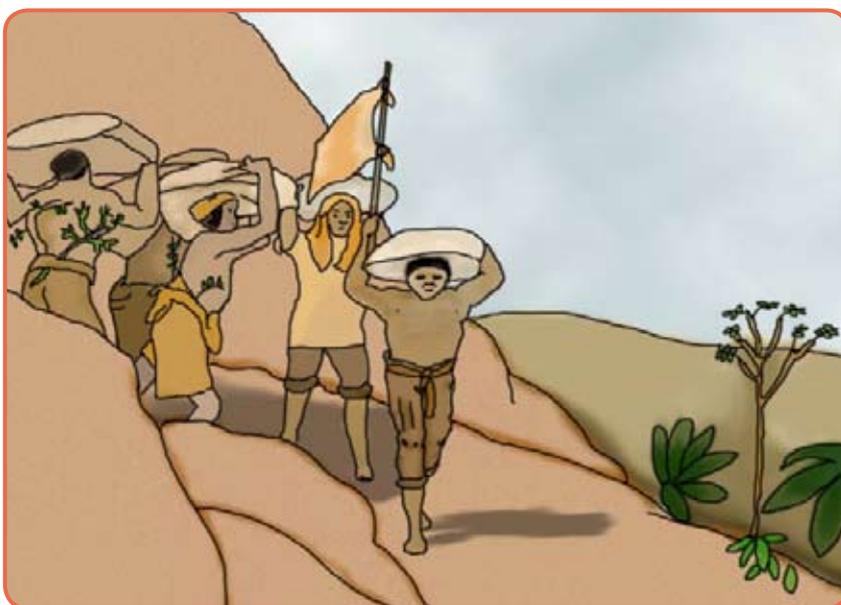


Figura 1.4.5: Escravos carregando o café DEBRET.

A sociedade brasileira neste momento passa por importantes mudanças, inicia uma fase de atividades industriais, aumentando o contato com a Europa e, como consequência, idéias novas, também, passa a circular, influenciando no meio intelectual. Mudanças que advêm do capitalismo internacional, através do avanço da técnica, da ciência

SAIBA MAIS

Propedêutica: conjunto de estudos que antecedem, como um estágio preparatório, os cursos superiores (Dicionário eletrônico: Novo Aurélio – Século XXI).

que busca nos países menos desenvolvidos aliados para a competição do mercado. As cidades desenvolvem-se e tornam-se centros de crescimento capitalista internos, surgindo novas categorias econômicas. Como por exemplo, serviços, comércio, artesanato, etc., aumentando a classe média e a classe de trabalhadores, como consequência, aumentam também as necessidades educacionais.

Embora ocorram mudanças na estrutura sóciopolítica, a educação permanece a mesma do Ato Adicional de 1834. O poder centralizado e as diferenças econômicas das províncias são problemas que persistem, ainda, na sociedade brasileira contemporânea.



Figura 1.4.6: Auge da produção cafeeira Victor Ford.

A maior parte das províncias não conseguiu organizar instituições de ensino primário e de formação de professores por falta de recursos econômicos. São Paulo, quando no auge da produção cafeeira e exportações e algumas poucas províncias tiveram algum êxito na organização de seus sistemas de ensino.

Desde o início da história da política brasileira vêm-se contradições e contrastes internos, onde a educação é atingida fortemente, mantendo a desorganização e o descrédito na área educacional, onde taxas alarmantes de analfabetismo e exclusão atingem as populações mais pobres.

1.5 AS CONTRADIÇÕES DO BRASIL REPÚBLICA E AS NOVAS PROPOSTAS EDUCACIONAIS

A partir de 1870, assiste-se no Brasil importantes movimentos sociais em defesa do abolicionismo. Setores diferentes da sociedade, que não concordavam com o atraso moral, que o sistema escravista representava, começam a se mobilizar para por fim ao escravismo.

As primeiras manifestações em favor da República no Brasil surgiram, ainda, no final do século XVIII, com a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, posteriormente o ideal é retomado em diferentes revoltas.

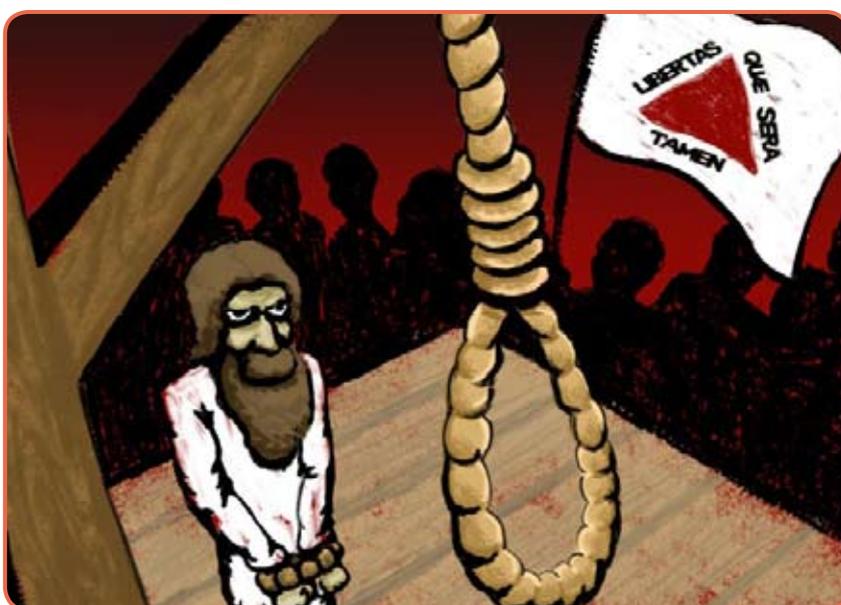


Figura 1.5.1: Inconfidência Mineira.

Com o fim da Guerra do Paraguai em 1870, foi lançado no Rio de Janeiro, o *Manifesto Republicano*, através de um novo jornal, denominado *A República*. Trazia um discurso moderado, propunha mudanças, mas não fazia referência a mobilizações populares, diferente do discurso dos abolicionistas.

Insatisfeitos com a política do Império, os militares consideravam-se mais preparados que os civis para assumir a nação. Nasce, assim, a idéia de “missão” salvadora a que o exército estaria destinado. Essas idéias são reforçadas pelo **positivismo**, colocando cada vez mais setores do Exército contra a Monarquia.

Nascia, assim, sem a participação popular, a República no Brasil. Um dos líderes da conspiração, Aristides Lobo, diria mais tarde que “o povo assistiu, bestializado, à Proclamação da República”.

SAIBA MAIS

Positivismo: criado por Auguste Comte (1798 – 1857), o positivismo constituiu uma corrente de pensamento filosófico caracterizado por inabalável confiança nas ciências. De acordo com ele, a humanidade teria atingido, no final do século XIX, seu último estágio de desenvolvimento, no decorrer do qual se afirmariam a industrialização e o conhecimento racional-científico. O positivismo teve notável influência no pensamento político brasileiro a partir de 1870. Contrários ao liberalismo, à Monarquia e ao sufrágio universal, os positivistas defendiam a instauração de uma ditadura republicana, que promovesse a educação para todos e incorporasse o proletariado à sociedade.

Atraídos por essas idéias, muitos militares brasileiros abraçaram o positivismo como ideologia e instrumento de ação. O grande divulgador dessa ideologia entre a jovem oficialidade do Exército foi o tenente – coronel Benjamim Constant, professor da Escola Militar e autor do lema Ordem e progresso, estampado na bandeira da República brasileira. (Divalte Garcia Figueira, *História*, 2002 Série Novo Ensino Médio, Volume único, p. 287).



Figura 1.5.2: Proclamação da República.

No período da Primeira República (1889 – 1930), a educação, na fase inicial reproduz o que acontecia já no Império. A descentralização do ensino manteve-se, amparada, pela **Constituição de 1891**, que instituiu o sistema federativo de governo. Aos Estados compete a instrução pública, preservando as atribuições dos Estados, que tinham a competência de cuidar da educação primária e da formação dos professores. Também lhes competia o ensino profissional que atendesse as camadas populares. Ao Governo Federal competia à responsabilidade do ensino superior e do ensino médio, este preparando as elites para o ensino superior.

Anteriormente ao período republicano, a responsabilidade de organizar a política educacional era competência da Igreja. Essa perde a hegemonia, quando instituída a Constituição de 1891, que retira da Igreja a delegação de assuntos do Estado, declarando a **laicidade** da República Brasileira. Com o afastamento da Igreja dos assuntos da educação, aumenta a responsabilidade do Estado em relação aos assuntos educacionais.

A sociedade brasileira pós Constituição de 1891 se caracteriza pelo desejo de se organizar através da modernização. A influência do pensamento liberal, que critica a cultura e privilégios aristocráticos, até então vigentes, também deseja a separação da Igreja e do Estado; apóia a abolição da escravidão e a instrução para a mulher. A educação passa, então, a ser a solução de todos os males sociais brasileiros, sendo encarada como a possibilidade de soluções para os problemas nacionais.

A mesma constituição que acredita na organização educacional

SAIBA MAIS

Constituição de 1891 – Ver texto de SUANO, Helenir. A educação nas Constituições Brasileiras.

SAIBA MAIS

Laicidade – qualidade de laica, leiga – sem interferência de religiosidade.

retira a obrigatoriedade da escola primária e negligencia a organização de um sistema nacional de ensino. Segundo Romanelli(1997, p. 43), “[...] vamos ver, assim, a educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo São Paulo, e o restante dos Estados seguindo, sem “transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império [...]”.

O controle do poder, que estava centralizado nas oligarquias rurais, projetava no sistema escolar uma mentalidade que, também havia sido realizada na Colônia e no período monárquico. A nova classe em ascensão, a burguesia industrial, também, projetava e copiava os modelos da classe latifundiária.



Figura 1.5.3: I guerra.

A nova classe média, que emergia, desprezava o trabalho manual, segundo Romanelli (1997, p.44) “[...] a classe média aspirava ao status de elite e não podia ver na educação para o trabalho, tão estigmatizado durante três séculos, um objetivo almejável [...]”.

Essa realidade estende-se até o período pós I Guerra Mundial (1914 - 1918), no início da República, as classes médias que ascendiam na zona urbana não tinham força, como no período pós anos 30. O domínio neste contexto inicial republicano pertencia às populações rurais. Fato este que representava a estrutura sócio-econômica vigente. A economia de base agrícola, onde o latifúndio se alicerçava e a monocultura não precipitava a modernização, o sistema educacional era um fator menor, sem grande relevância.

A escola desta maneira, não representava interesse para as classes

camponesas, enquanto na zona urbana, as classes médias que emergiam aspiravam à educação, porque do ensino, dependiam, para ascender socialmente. A primeira república segundo (ROMANELLI, 1997, p. 45) “[...] a I República teve, assim, um quadro de demanda educacional que caracterizou bem as necessidades sentidas pela população e, até certo ponto, representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de urbanização e de industrialização ainda era baixo [...]”.

A organização e estrutura da sociedade republicana que emergia permanecia, portanto, com características da velha educação aristocrática e que pouca importância dava para a educação popular. A educação começa a se alterar, somente quando essa realidade social, política e econômica, dá sinais de ruptura.

Têm-se nas idéias com os movimentos culturais e pedagógicos campanhas por reformas educacionais, que advém da demanda escolar de uma sociedade em processo de urbanização, reflexo da industrialização impulsionado após a I Guerra e mais acentuado após o período da década de 30.



Figura 1.5.4: A educação como um instrumento de mudança.

A partir da República, nos anos pós I Guerra, surge pela primeira vez o desejo de buscar-se uma educação com propostas mais democráticas. Ideais esses que respondem aos anseios de uma sociedade que se organiza, tentando solucionar problemas políticos, sociais e econômicos.

Surgem, então, no contexto educacional que acompanha os processos de urbanização e industrialização nomes de jovens intelectuais, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Francisco

Campos e outros que promoveram importantes reformas educacionais nos Estados, influenciados nos princípios da **Escola Nova**, que trazia uma proposta moderna de educação em contraposição à escola tradicional propedêutica, enciclopedista e verbalista.

Esses jovens intelectuais serão mais tarde conhecidos como Pioneiros da Educação Nova. Destaca-se Anísio Teixeira, nome que representa o pensamento de mudança, a educação é defendida por ele como um instrumento de mudança, sendo sua reorganização necessária para a transformação de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, como aspirava a sociedade brasileira republicana nas décadas de 20 e 30.

A escola passa a ter um significado ampliado, é necessário mais que alfabetizar, é preciso desenvolver e valorizar a cultura, promovendo o Brasil na construção do progresso. Para o Brasil crescer e modernizar-se é necessário expandir um ideal educacional liberal, coerente com a consolidação do capitalismo para sua fase industrial, intensificado após a década de 1930, é o início da mudança da realidade educacional brasileira.

UNIDADE 2

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA REPÚBLICA E REPÚBLICA POPULISTA

2.1 – A EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS E A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DUAL DE ENSINO

2.2 - AS DIFERENTES PROPOSTAS EDUCACIONAIS NOS GOVERNOS POPULISTAS E O SURGIMENTO DA LDBEN 4024/61

OBJETIVOS:

- Analisar os principais fatos históricos, reflexões críticas educacionais e correntes pedagógicas durante a Era Vargas;
- Identificar as propostas educacionais durante o governo populista contextualizando os objetivos da Educação como um mecanismo de reprodução e/ou transformação da sociedade;
- Compreender as transformações sociais, políticas, legislativas, culturais e econômicas durante o período da Segunda República e da República Populista e a relação desta transformação com os processos educativos.

INTRODUÇÃO

A unidade 2, denominada, “A Educação Brasileira na Segunda República e República Populista” divide-se em duas seções. A primeira seção contextualiza historicamente os principais fatores políticos, econômicos e sociais que influenciaram a organização e consolidação da Educação no Brasil na Era Vargas. A segunda seção aborda os fatos históricos e pedagógicos do período populista. Apresenta uma análise das correntes filosóficas, sociológicas e psicológicas que influenciaram o pensamento pedagógico proporcionando através da História uma compreensão ampla do cenário educacional no período compreendido entre as décadas de 20 a 60.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BÁSICA:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas.** 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **História da Educação Brasileira.** São Paulo: Cortez, 2006.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Ática, 2006.

XAVIER, M. E. et all. **História da Educação A Escola no Brasil.** SP: FTD, 1994.

COMPLEMENTAR:

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999.

CHAUÍ, Marilena. A Nova República: democracia ou autoritarismo verde-amarelo? In: SANDROMI, Paulo (org). **Constituinte, economia e política na Nova República.** São Paulo: Cortez, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

PILLETTI, N. e PILETTI, C. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, M.L.S. **História da Educação Brasileira: a Organização Escolar.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

ROMANELLI, O.O. **História da Educação no Brasil: 1930/1973.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999

TOBIAS, J. A. **A História da Educação Brasileira.** São Paulo: Juriscredi, 1972.

VASCONCELLOS, Celso. **Avaliação concepção dialético-libertadora.** São Paulo: Libertadora, 1995.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho; BRITTO, Regina Helena Pires de. **Conceitos de Educação em Paulo Freire: glossário.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VEIGA, Cynthia Greiva. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 2007.

2.1 – A EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS E A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DUAL DE ENSINO

CONTEXTO HISTÓRICO

Duas grandes guerras mundiais vão influenciar o início do século XX. As crises geopolíticas e econômicas que eclodem nas potências mundiais européias assolam as fronteiras de diversos países, como o Brasil. As teorias embargadas pelos anseios burgueses instituídos na Europa e América do Norte, especificamente os Estados Unidos, como o **Liberalismo**, são importados por pensadores brasileiros que ao retornar de seus estudos advindos destes países incorporam no nosso cenário agrário-exportador, ideais **capitalistas** e industriais.



Figura 2.1.1: Primeira guerra mundial.

O Brasil vivencia neste período de 1901 a 2000 movimentos políticos e populares que caracterizaram determinadas fases governamentais e culturais. As eleições populares, os golpes militares, a ditadura, o populismo, os movimentos populares são exemplos de fatos históricos que nortearam a organização e a História da Educação Brasileira. A Educação atrelada a este **espaçotempo** ganha novos ideais permeados por hierarquias constituídas que impediram, por décadas, o seu avanço legislativo. A Educação laica e gratuita começa a surgir, a partir da década de vinte, como um discurso possível, mas as mudanças em prol da massa popular ocorrem em passos lentos e excludentes.

Contextualizar os fatos históricos mundiais e brasileiros de uma determinada época, oportunizam um entendimento crítico e problematizador que favorece a construção de novas propostas em prol de

SAIBA MAIS

Liberalismo - defende a liberdade individual perante os direitos constituídos e da lei, assim como, a livre iniciativa formando a sociedade privada instituída a partir de um governo democrático, composto pela lei, a liberdade de expressão, a livre concorrência econômica, a lei da oferta e da procura. Criado a partir do século XVIII, o objetivo inicial era combater o mercantilismo, pois não atendia às novas exigências do capitalismo. Este modelo da ordem capitalista burguesa foi criticado pelos anarquistas e socialistas.

Capitalismo é um sistema econômico caracteriza pela divisão social do trabalho onde a burguesia industrial assume o controle econômico e político por ser a detentora dos meios de produção. Ao proletariado cabe o trabalho livre assalariado. A acumulação de capital (riqueza) pela mais valia (excedente/ hora extra) e exploração de oportunidades de mercado para efeito de lucro.

Espaçotempo termo presente na obra, *Espaçotempos da/na escola: o cotidiano e o transbordamento do racional.*, de Marisol Barenco, Professora Dr^a da PUC – Rio. Para autora espaço-tempo sem hífen significa o ato humano indissociável do tempo e do espaço.

uma sociedade mais igualitária e justa. Percebe-se que a humanidade, nunca, em toda a História presenciou tamanho distanciamento social entre a riqueza e a pobreza produzida pela Era Capitalista. Por isso, faz-se urgente a leitura do mundo nas entrelinhas da História em suas várias dimensões, contextos, sujeitos e vozes para compreender as intenções que envolvem as mudanças políticas e econômicas.

DÉCADA DE 20 E 30

Após a **Primeira Guerra Mundial** (1914–1918), o Brasil começa a vivenciar transformações significativas no seu modelo econômico agrário-exportador. A atividade industrial em desenvolvimento acelerado atrai imigrantes, principalmente, italianos e espanhóis para o Brasil com a perspectiva de adquirir melhores condições de vida, futuro e trabalho.



Figura 2.1.2: Imigrantes no Brasil.

Entretanto, os imigrantes encontram nestas terras poucos direitos estabelecidos para os trabalhadores. Incentivados por esta ausência legislativa do trabalho iniciaram uma organização sindical sob o prisma do **socialismo**, **anarquismo** e **comunismo**. Estes movimentos, embargados pelos pensadores europeus que criticavam o capitalismo e a **burguesia**, incentivaram o surgimento do esboço de uma educação para a formação política do **proletariado** na luta contra a desigualdade social brasileira. Os imigrantes trouxeram estes ideais em suas bagagens.

Segundo Xavier (1994, p. 135), os socialistas divulgaram o ideal de uma educação pautada nos princípios de justiça, igualdade e distri-

SAIBA MAIS

Primeira Guerra Mundial foi uma guerra que envolveu a Tríplice Entente organizada pela França, Império Britânico, Império Russo (até 1917) e pelos Estados Unidos, a partir do ano de 1917, que derrotou a Tríplice Aliança formada pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano. Houve uma reestruturação do mapa geopolítico da Europa e do Oriente Médio.

Socialismo é um sistema sócio-político embasado pela abolição da propriedade privada e pela apropriação dos meios de produção pelo povo. O objetivo é acabar com a desigualdade social onde todos se tornariam trabalhadores, dominando a produção que seria eqüitativamente distribuída. Surge do desejo de substituir o capitalismo por uma organização social que repudia a exploração da maioria humana por uma minoria privilegiada. Marx e Engels inauguram o chamado socialismo científico. Para Marx, burguesia é a classe dominante no sistema capitalista que detêm os meios de produção, escravizando o proletariado. Karl Marx (1818-1883) foi um grande pensador alemão responsável pelo movimento social dos operários. Foi considerado pai da Sociologia Crítica e um revolucionário a frente do seu tempo. Friedrich Engels, também é filósofo alemão, co-autor de obras de Marx, como "O Manifesto Comunista" (1848) e os dois volumes de "O Capital" (1867). "Para o proletariado ser suficientemente forte, para triunfar no dia da decisão, é preciso – e Marx e eu temos defendido isto, desde 1847 – que se forme um partido específico, separado de todos os outros e em oposição a eles, um partido de classe consciente de si mesmo." Engels a Gerson Trier, 18/12/1889.

buição de riqueza. No entanto, os anarquistas superaram a influência dos socialistas no Brasil na década de 20, pois a liderança deste movimento, era instituídas por imigrantes que trouxeram a experiência teórica e prática desenvolvida pelos trabalhadores europeus em prol dos seus direitos.

Os anarquistas, apesar de compreender que o analfabetismo era um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade desejada, seus interesses distanciavam-se da classe trabalhadora, por não defender a obrigatoriedade da educação e, por compreender a Igreja e o Estado como uma ferramenta indispensável para a defesa e consolidação dos interesses capitalistas.

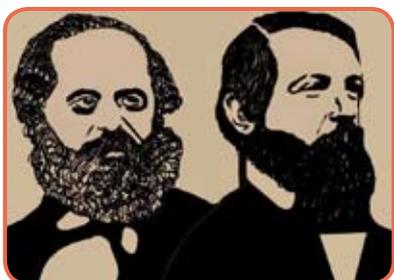


Figura 2.1.3: Marx e Engels.

Eles combatiam tanto a educação sob a influência da igreja quanto à educação pública, sob a influência do Estado. Lutaram pela criação de escolas independentes financiadas pelos recursos dos próprios interessados, estimulando a organização de escolas da iniciativa privada. Uma das escolas construídas para atender estes objetivos foi a Escola Italiana *Príncipe di Napoli*, de Caxias do Sul, RS, em 1906.

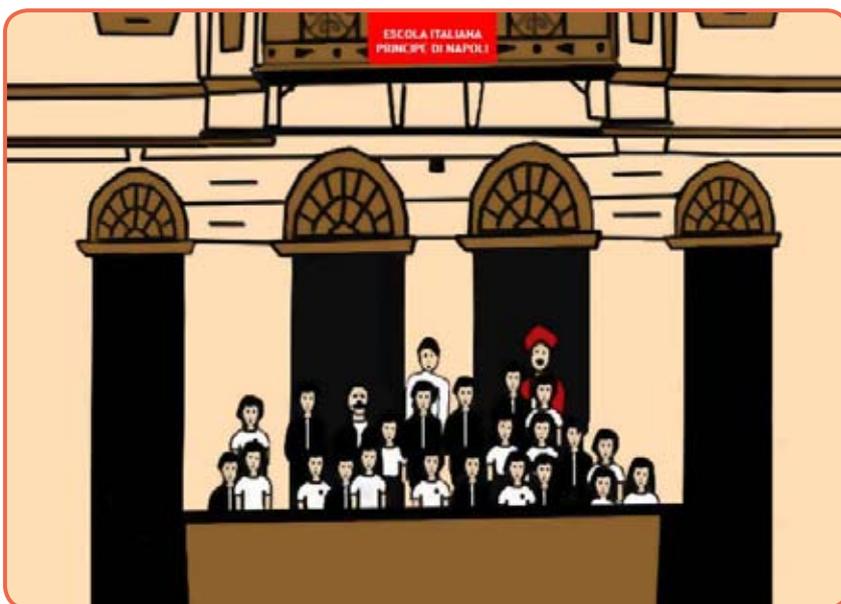


Figura 2.1.4: Direção, professores e alunos da Escola Italiana "Príncipe di Napoli".

SAIBA MAIS

Anarquismo é uma teoria sócio-política que defende a abolição do capitalismo e ausência do Estado. Repudia a imposição de ordem hierárquica, por parte do governo ou da burguesia industrial, que não são de livre aceitação do indivíduo na sociedade.

Comunismo é uma teoria sócio-política que nasce com o anseio de promover a exclusão da divisão de classes sociais numa época em que o estado e a burguesia tinham a prevalência do poder. Discursa a favor da fundação da propriedade comum de meios de produção negando assim a propriedade privada e o Estado. Surge com os movimentos socialistas pautados na origem de pensamentos teóricos da Revolução Industrial e Revolução Francesa, como as obras de Karl Marx. "(...) pois os que no regime burguês trabalham não lucram e os que lucram não trabalham". (MARX, Karl. Manifesto Comunista. 1848). Luta contra os problemas oriundos do capitalismo, do imperialismo e do nacionalismo sugerindo a eliminação da classe dominante ou burguesia capitalista que detêm os meios de produção, estabelecendo uma sociedade livre, sem classes. Tipos de Comunismo: Marxismo, Leninismo, Trotskismo e Luxemburguismo e o não-Marxistas, Comunismo Cristão, e Anarco-comunismo.

Burguesia "Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado [...]". (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888).

Movimentos de nacionalização da economia, o surgimento da burguesia industrial brasileira, os movimentos culturais, políticos e educacionais como a **Semana da Arte Moderna** de 1922, a **Escola Nova**, a fundação do partido comunista brasileiro (PC do B) em 1922, a Revolta Tenentista e a Coluna Prestes (1924 a 1927) caracterizam a década de vinte e trinta.



Figura 2.1.5: Abaporu, Tarsila do Amaral 1928

A Semana da Arte Moderna foi um movimento organizado por pintores, escultores, arquitetos, músicos que ambicionavam a construção de uma Arte Brasileira desvinculada dos padrões europeus. Foi organizada pelo grupo modernista Oswald e Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Villa-Lobos, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Victor Brecheret e Vicente do Rego Monteiro, entre outros. A pintora Tarsila do Amaral não participou da Semana da Arte Moderna por estar na Europa. Apesar deste fato, Tarsila ficou conhecida como uma das grandes representantes do modernismo, ao introduzir, no Brasil, por intermédio de suas pinturas coloridas, a nossa cultura retratada nas telas pelas figuras do cenário brasileiro. Assim, a partir de 1924 inicia a fase Pau-Brasil na obra de Tarsila.

A Semana da Arte Moderna se caracterizou pela ruptura com a vanguarda e o nascimento da arte modernista. Este movimento ocorreu num período marcado por mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais. A arte moderna acompanha os ideais de eliminação de regras que impregnavam o mundo com o anseio socialista e anarquista. A base ideológica no Brasil ainda era da República velha impostas pelas oligarquias cafeeiras. Muitos pensadores e artistas que pertenciam

SAIBA MAIS

Proletariado “ [...] Por proletariado compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir.” (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888).

Semana de Arte Moderna aconteceu em São Paulo em 1922 entre os dias 11 e 18 de fevereiro no Teatro Municipal de São Paulo.

Escola Nova movimento pela educação brasileira nas décadas de vinte e trinta que introduz o pensamento político-filosófico liberal democrático visando formar um sistema estatal laico e público que amenizasse as desigualdades sociais objetivando alcançar uma sociedade igualitária e sem privilégios.

a esta elite foram contra a semana da Arte Moderna que propunha a rompimento com os modelos europeus e a consolidação de uma linguagem moderna embargada pela cultura brasileira. Desenvolvia-se o crescimento do sentimento nacionalista. Entretanto, o capitalismo expandia-se no Brasil e a elite burguesa capitalista paulista representava os padrões estéticos europeus mais tradicionalista almejando manter a ordem atual, o que possibilitou, um confronto entre os ideais de alguns artistas com posições contrárias ao objetivo desta semana.

Ao que se refere à Educação, permeados por este clima modernista, houve um crescimento do número de intelectuais que discursavam a favor da escola pública para todos. Neste *espaçotempo*, os movimentos educacionais são influenciados pelos ideais da Escola Nova e da pedagogia de John Dewey (1859–1952) devido às novas relações comerciais e financeiras entre o Brasil e os Estados Unidos pós-guerra. Segundo Aranha (1998, p. 171), Dewey, filósofo e psicólogo norte-americano, critica a educação tradicional, principalmente, a repetição, a memorização, a obediência e o intelectualismo. Une teoria, prática (atividades manuais e criativas) como embasamento pedagógico curricular em sala de aula. Fundamenta a pedagogia progressista que priorizava o aprender fazendo e o interesse do aluno, onde vida-experiência-aprendizagem são inseparáveis. O objetivo é promover uma educação que forme o indivíduo para a iniciativa, a autonomia, o auto-governo e a independência, valores que devem ser desenvolvidos para a construção de uma sociedade democrática. Outro ponto de sua obra é compreensão que o conhecimento é construído através de consensos por meio de discussões coletivas e atividades de cooperação.

Como alguns dos grandes pensadores do seu tempo Dewey sofreu Influência do evolucionismo das ciências naturais quanto do positivismo das ciências sociais, o que o estimulou criar a escola-laboratório na Universidade em que era professor para testar métodos pedagógicos apresentando um caráter empirista e comportamentalista. Recebe também influências do pragmatismo de William James (1842-1910), a palavra pragmatismo deriva do grego *prágma* que significa ação, nascendo os termos prático e prática. (ARANHA, 1988, p. 170). Utiliza expressões como instrumentalismo ou funcionalismo, termos empregados pelo pragmatismo em suas principais obras, como, *My pedagogic creed* (1897) - *Meu Credo Pedagógico* e *Democracy and Education* (1916) - *Democracia e Educação*; por conectar conhecimento e experiência.

Aranha (1988, p. 171) analisa a obra de Dewey e revela: “*As idéias são hipóteses de ação e são verdadeiras à medida que funcionam como orientadoras de ação. Portanto, tem valor instrumental para resolver os problemas pela experiência*”. Ou seja, a educação deve servir



Figura 2.1.6: John Dewey.

como um instrumento que possibilite a resolução de problemas reais que norteiam a vida da criança atendendo os seus aspectos físicos, emocional e intelectual. A escola não pode ser vista como uma preparação para a vida, mas é antes de tudo, a própria vida acontecendo neste exato *espaçotempo*.

Uma das críticas atuais a teoria de Dewey refere-se à abordagem teórica que representa os ideais liberais sem questionar os valores da burguesia em relação ao papel da Educação e as raízes das desigualdades sociais, ou seja, pouco analisa as organizações capitalistas e suas mazelas de cunho social. Aranha (1998, p. 171) aponta que “*marcado pelos efeitos da Revolução Industrial e pelo ideal de democracia, Dewey quer preparar o aluno para a sociedade do desenvolvimento tecnológico e para a vida democrática*” (ARANHA, 1998, p.172). Esta visão preconiza um ideal desta época, que atende aos interesses do indivíduo priorizando a concepção dos aspectos psicológicos da Educação e os anseios da burguesia industrial, uma vez que, “*reforça a adaptação do aluno à sociedade.*”

Gadotti (2006, p.148 e 149) nos alerta que os principais educadores da Escola Nova problematizam a educação brasileira produzindo inúmeras obras literárias pautadas nas releituras das obras estrangeiras, principalmente, advindas dos Estados Unidos, como a obra de Dewey, país que em o Brasil apresentava relações comerciais. As concepções elucidadas nas teorias Norte-americanas trouxeram novos conceitos educacionais, mas com pouco impacto sobre a realidade do país, por não haver um entrelaçamento entre a nossa realidade. Assim, apesar das idéias terem sido divulgadas e discutidas poucas foram colocadas em prática.

Um dos principais pensadores da Escola Nova no Brasil inspirado na idéias de John Dewey foi **Anísio Teixeira** (1900 – 1971).. Disseminou o pragmatismo e acreditou na tríplice revolução da vida moderna, *intelectual* pelas ciências, *industrial* pela tecnologia e *social* pela democracia.

Anísio lutou pela escola de tempo integral no Brasil, devido a sua experiência vivenciada nas escolas comunitárias dos Estados Unidos sendo fundador da Escola Parque, em Salvador (1950), que serviria de modelo para a estruturação dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs, no Rio de Janeiro, na década de 1980. Um dos problemas relacionados a este modelo importado dos EUA é que o tempo integral referia-se a seis horas diárias nos EUA e no Brasil foi organizada em oito horas diárias numa instituição que teria a função de atender as necessidades básicas, familiares e educacionais da criança, envolvendo cuidados como moradia, saúde, alimentação Mas, a realidade brasileira envolvia poucos recursos financeiros para manter uma esco-



Figura 2.1.7: Anísio Teixeira.

SAIBA MAIS

Anísio Teixeira (1900 –1971), advogado, intelectual, educador e escritor brasileiro foi um dos responsáveis pelo movimento da Escola Nova reformando a educação da Bahia e do Rio de Janeiro e ainda no RJ. Propôs a criação de fundos financeiros para a educação (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Mentor de duas Universidades: Distrito Federal (Rio de Janeiro) desmembrada na ditadura de Getúlio Vargas e a Universidade de Brasília.

la neste modelo. Uma questão surgiu: Manter este modelo para uma minoria ou desenvolver um modelo menos audacioso para a maioria?



Figura 2.1.8: Escola Parque em Salvador.

Outro pensador da Escola Nova foi **Fernando de Azevedo** inspirado pelos ideais de **Émile Durkheim**. Sua atuação foi fundamental para a elaboração dos movimentos em favor da escola pública, como *Manifesto dos pioneiros* (1932) e *Manifestos dos Educadores* (1959). Em 1924, é criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) com o objetivo de organizar e promover a realização de congressos, reuniões e conferências, destacando-se a IV Conferência Nacional de Educação, promovida em 1931 cujo tema escolhido foi “*Grandes Diretrizes da Educação Popular*” e um ano depois ocorre a V Conferência Nacional de Educação com o intuito de discutir o “*Plano Nacional de Educação*”. Entre estas conferências os intelectuais assinaram um texto que foi publicado em 1932 e ficou conhecido como o “*Manifesto dos Pioneiros da Educação nova*”.



Figura 2.1.9: Fernando de Azevedo

SAIBA MAIS

Fernando de Azevedo (1894-1974) que aplicou a Sociologia da Educação no Brasil embasado pelos ideais de Émile Durkheim e reformou o ensino em São Paulo na década de 1930, ao ser nomeado Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo .

Émile Durkheim (1858-1917) é um francês que foi considerado pai da sociologia moderna por incorporar aos saberes da Sociologia à pesquisa empírica. Afirma que a consciência individual é formada pela sociedade. A construção do ser social pela educação é a assimilação das regras que moldam sua conduta na sociedade. Assim, o homem é um produto da sociedade. Pesquisa os fatos sociais como objetos de estudo da Sociologia. Principais obras: *Da divisão social do trabalho* (1893); *Regras do método sociológico* (1895); *O suicídio* (1897); *As formas elementares de vida religiosa* (1912).

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA

O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, A reconstrução educacional no Brasil” foi documentado por Fernando de Azevedo em 1932, inspirado no pensamento filosófico de John Dewey e do sociólogo Émile Durkheim englobando concepções filosófico-pedagógicas, didático-pedagógicas e políticas públicas educacionais. Foi assinado por vinte e seis educadores e escritores que eram a favor do ensino público, obrigatório, gratuito e laico como dever do Estado a ser implantado em âmbito nacional. Esta visão era contraditória aos ideais dos educadores religiosos, pois estes almejavam manter a ordem vigente onde a educação deveria permanecer enraizada pelos dogmas do catolicismo e pela iniciativa privada culminando na expansão de escolas não-gratuitas.

A solução para este impasse foi um acordo proposto e introduzido na **Constituição de 1934** sendo o ensino religioso obrigatório para a escola e facultativo para o aluno. Apesar da luta pelo ensino público há uma valorização em favor do ensino privado atendendo o interesse da nova classe social burguesa industrial. As principais idéias defendidas pelo *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* foram à educação como reconstrução nacional, a educação pública e leiga, a educação adaptada às características regionais e aos interesses dos alunos, a formação universitária de todos os educadores, a crítica ao sistema dual, uma escola para ricos e uma escola para pobres, reivindicando uma única educação básica nacional.

SAIBA MAIS

Constituição de 1934 foi promulgada em 16 de julho de 1934 pela Assembléia Nacional Constituinte formada pelo Congresso com 214 parlamentares e 40 representantes de sindicatos que foram escolhidos pelo governo de Getúlio Vargas.



Figura 2.1.10: Fernando de Azevedo com normalistas da Escola Caetano de Campos: Manifesto da Escola Nova.

Alguns pensadores apontam que este manifesto possibilitou inúmeras mudanças significativas na educação brasileira, mas o caráter elitista da educação, também, aparece no texto do manifesto como a presença dos termos *iniciativa privada educacional e a seletividade biológica por talentos*.

Essa tomada de consciência do papel da Educação que se deseja e a que realmente se consolida repercute nas décadas posteriores ampliando a importância deste Manifesto na História da Educação Brasileira. Uma nova geração de pensadores é influenciada pelos ideais do Manifesto dos Pioneiros, como, **Darcy Ribeiro** (1922-1997) que terá profunda significância na constituição da LDB 9394/96, assim como, Florestan Fernandes (1925-1995) que luta nas décadas de 40, 50 e 60 pela escola pública combatendo o ensino da iniciativa privada.



Figura 2.1.11: Darcy Ribeiro.

Dicas:

Ver Constituição Federal de 1934 e LDB 9394/96 no link, acesso em 17/0708:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm

SAIBA MAIS

Darcy Ribeiro (1922-1997) iniciou trabalhando no Ensino Superior por acreditar que nossos problemas estavam relacionados aos modelos de universidade vigente, conservador e descomprometido com a sociedade. Na UnB tentou eliminar o formalismo onde a pesquisa seria voltada para a resolução dos problemas nacionais. De 1982 e 1985 foi vice-governador do Rio e priorizou o Ensino Fundamental construindo os Cieps. Como senador e autor da LDB 9394/96 e lutou pela qualificação do Magistério. Criou os Institutos Superiores de Educação (ISEs), dedicados à formação de professores.

CRISE DE 1929



Figura 2.1.12: Quebra da bolsa de Nova York em 1929.

Em 1929, o aumento da produção industrial provocou uma profunda crise nas empresas norte-americanas. Apesar do aumento da produção de bens de consumo, a crise eclodiu, pois o ritmo da capacidade de aquisição dos produtos produzidos não foi atingido, ge-

rando um excedente. Sem conseguir vender a produção, os prejuízos foram se acumulando ocasionando a desvalorização dos produtos e o declínio das suas ações na bolsa de valores de Nova York. O mundo vivenciou os efeitos econômicos da quebra da bolsa de Nova York. Os países que possuíam especulação com ações norte-americanas amargaram prejuízos milionários. Ocorreram as falências e desempregos em massa causando uma degradação do proletariado.

O individualismo pautado na concepção de felicidade humana justifica-se pelo consumismo exacerbado acarretando a desumanização pela mercantilização do homem. A Era Industrial transformou o homem em força de trabalho tecendo as mazelas da desigualdade social pelo viés da ética do prazer imediatista, do acúmulo de riquezas, da obtenção de lucro - a mais valia, da tecnologia moderna que substituiu a força humana pela força motriz e do narcisismo em detrimento do outro. Um novo modelo de homem e de educação começou a ser semeado no mundo capitalista buscando promover as expectativas desta nova era. Assim, ao mesmo tempo, que eclodem o espírito por uma educação gratuita e laica, ampliam-se às necessidades de formar mão-de-obra capacitada para a industrialização.

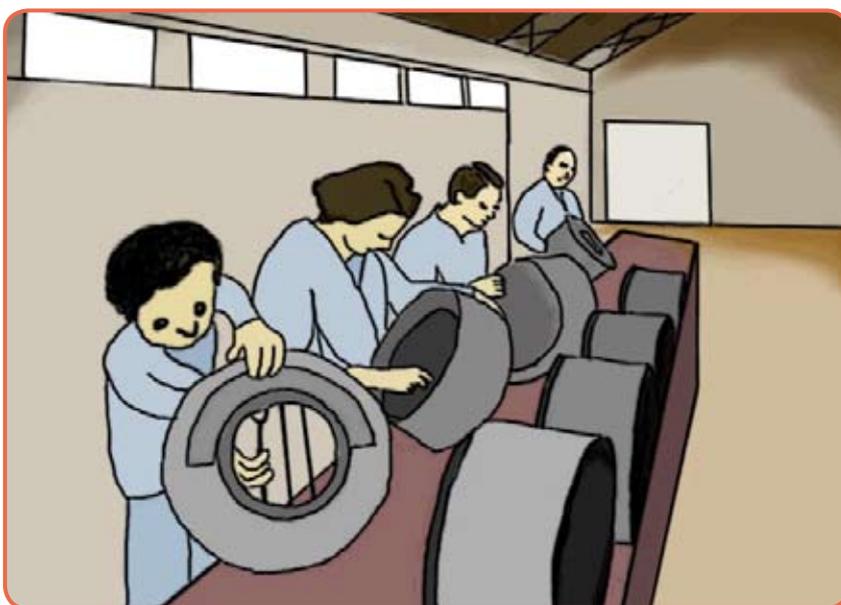


Figura 2.1.13: Mazelas do sistema capitalista.

No Brasil, a crise de 1929, evidencia a crise do café. Os produtores de café não podiam exportar para os demais países devido à falência generalizada destes países e decidiram obrigar o governo brasileiro a comprar o café excedente, contudo, o governo brasileiro também faliu devido esta superproteção aos cafeicultores. Tal fato instigou a luta por mudanças políticas, que em contrapartida, provocou uma imediata reação do mercado interno resultando em melhores possibilidades

para a industrialização brasileira, rompendo com o modelo agrário-exportador e criando novos modelos de produção industrial.



Figura 2.1.14: Crise do café em 1929 no Porto de Santos.

REVOLUÇÃO DE TRINTA

A Revolução de trinta surgiu neste cenário histórico-social embriagado pela frustração dos ideais republicanos que nutriam a consolidação de um novo país, *“Uma federação democrática que favorecesse a convivência social de todos os brasileiros e promovesse o progresso.”* (PILLETTI, 2006, p. 54).

Vários representantes dos diversos segmentos sociais, econômicos e ideológicos, como os militares, os aristocratas rurais, os intelectuais, os políticos, os burgueses industriais e comerciais participaram das discussões e movimentos oportunizando, a partir das crises instauradas desde a década de 10 e 20, algumas conquistas democráticas, trabalhistas e educacionais, como a política nacional de educação. Segundo (PILETTI, 2006, p.54) *“A crise da educação elitista e as inúmeras discussões nos campos educacionais, culturais, econômicos e políticos desembocaram na Revolução de Trinta.”*

No ano de 1930, **Getúlio Vargas**, um proprietário de terras no Rio Grande do Sul, e seu vice, perdem a eleição pela Aliança Liberal para Júlio Prestes.

Entretanto, quem assume o governo ainda neste ano foi Getúlio Vargas. Inúmeras denúncias de fraude eleitoral, o assassinato do vice de Getúlio propicia o surgimento de revoltas por todo o país que levam Getúlio ao poder. Este chegada ao poder não ocorreu através da



Figura 2.1.15: Getúlio Vargas.

SAIBA MAIS

Getúlio Vargas nasceu em São Borja - RS 19 de abril de 1882 e suicidou-se com um tiro no coração no Rio de Janeiro, capital federal, em 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete. Governou o Brasil de 1930 a 1934 no governo provisório, de 1934 a 1937 no governo constitucional, de 1937 a 1945 no Estado Novo e de 1951 a 1954 como presidente eleito pelo voto.

eleição e sim através da Revolução de outubro de 1930. Ghiraldelli (2006) relata:

Passamos a viver uma nova fase, em geral dividida em três períodos: o primeiro período teve Getúlio Vargas no poder como membro do importante do governo revolucionário pós-outubro de 1930 (o Governo Provisório); no segundo período Vargas governou após a promulgação da Constituição de 1934; por fim, no terceiro Vargas exerceu o poder de 1937 até 1945 como ditador, à frente do que se chamou “Estado Novo”. (p.39)

O Brasil ficou quatro anos em “governo provisório” (1930-1934) sendo comandado Getúlio Vargas, Antigos tenentes e opositores das oligarquias cafejeiras tentavam construir uma nova República. Vargas nomeou interventores de sua confiança para atuar em vários estados, principalmente, onde a oposição mostrava-se intensa. Os opositores presentes no estado de São Paulo em 1932, rebelaram-se exigindo a convocação de uma assembleia constituinte. A Assembleia foi eleita em 1933, com objetivo de outorgar uma constituição que priorizasse as novas exigências sociais e econômicas promovendo maior poder de participação à classe média. Vale ressaltar, que a classe popular continuou excluída do poder de participação. Além disso, Vargas visando se sustentar no poder elaborou algumas ações como o combate à crise internacional de 29 que atingiu a produção de exportação de café adotando medidas de emergência comprando e queimando as sacas de café excedentes; organizou os sindicatos de forma que eles sejam subordinados ao governo evitando as tensões sociais e consolidou a Constituição de 1934 para se manter no poder.

A nova constituição de 1934 recebeu influência da nova classe dominante: industriais, classe média e militares; da ascensão na Europa dos regimes **fascistas**; da Constituição alemã de 1919 e a Constituição da Espanha de 1931.

No que se refere à Educação, foi a partir da década de trinta, que se construiu um sistema educativo brasileiro consolidado por intermédio da Constituição Federal de 1934, pautado em alguns princípios que são discutidos desde a Primeira República. Os princípios são: a gratuidade do ensino primário, a obrigatoriedade do ensino de 1º grau, direito à educação, liberdade de ensino sendo obrigação do Estado e da família no que diz respeito à educação e ensino religioso de caráter “interconfessional”. No capítulo II, *Da Educação e da Cultura* diz no artigo 149 diz que:

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e

SAIBA MAIS

Fascismo é uma doutrina oriunda do estadista Benito Mussolini na Itália sendo uma prática política anti-liberalista, anti-socialista, anti-comunista e anti-democrática. O Estado é mais importante que o povo que deve ser obediente. Caracteriza-se também pelo nacionalismo e xenofobia que privilegia os nascidos no próprio país e despreza os imigrantes. Acredita no Estado como um fim em si mesmo. Reprime o poder da oposição. Mussolini estreita suas relações com a Alemanha Nazista de Adolf Hitler.

a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em 17/07/08)

Os ideais da Revolução de Trinta, alguns anos depois também seriam frustrados, com o golpe militar de Getúlio Vargas estabelecendo a ditadura do Estado Novo em 1937 podendo a participação popular com a promulgação da nova Constituição Federal de 1937. A constituição Federal de 1934 no artigo 149 diz que, “*A educação é direito de todos*” (ver citação acima). Entretanto, este artigo é retirado da **Constituição Federal de 1937** iniciando a ditadura do Estado Novo de Vargas. Este artigo só retorna a **Constituição Federal de 1946**.



Figura 2.1.16: Plenária da Assembléia Constitucional de 1934 no Rio de Janeiro.

Dicas:

Ver Constituição Federal de 1937 no link abaixo, acesso em 17/07/08:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm.

Ver Constituição Federal de 1946 no link abaixo, acesso em 17/07/08:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm

SAIBA MAIS

Constituição de 1937 foi outorgada por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 instaurando a ditadura do Estado Novo. Seu “apelido” era Polaca por ter sido inspirada na Constituição autoritária da Polônia. Redigida pelo jurista Francisco Campos, atual Ministro da Justiça e obteve a aprovação prévia de Vargas e do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra. Beneficiava os dominantes. Cabia ao Presidente nomear autoridades estaduais, interventores e municipais. Centralizava o poder. Getúlio se tornou ditador e com o uso do poder fez um regime autoritário de inspiração fascista que perdurou até o fim da II Grande Guerra.

Constituição Federal de 1946 promulgada em 18 de setembro de 1946 pela mesa da Assembleia Constituinte e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, consagrando as liberdades expressas na Constituição de 1934, que haviam sido retiradas em 1937. É notório um avanço da democracia, entretanto, a constituição seguinte significou um retrocesso na democracia.

A Constituição de 1934 foi a primeira a apresentar um capítulo sobre a educação. Um dado que deve ser analisado é a objetividade deste capítulo para a nova sociedade que se formava, a classe burguesa industrial e comercial que necessitava de mão-de-obra urbana para operacionalizar o mercado e o capital. O analfabetismo passa a ser um problema para o progresso. Veiga (2007, p. 253) informa que “com base no recenseamento realizado por José Murilo Carvalho, em 1920, aproximadamente 75% dos brasileiros eram analfabetos.”

O analfabetismo era um obstáculo ao processo de desenvolvimento industrial de qualquer país que almejasse obter lucros. Daí, a gratuidade apenas do ensino primário, uma vez que, não havia necessidade de investir em mais recursos para a educação popular se para o mercado de trabalho nas fábricas bastava saber ler e escrever e efetuar as operações lógico-matemáticas básicas. Aranha (1998, p. 200) nos aponta esta reflexão e complementa “*Delineado o modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização, é exigida melhor escolarização, sobretudo, para os segmentos urbanos.*” A elite intelectual da época reivindica novas reformas pedagógicas e políticas.

Em 1934, entrou em vigor a nova Constituição, promulgada mantendo o federalismo. Encontrava-se também, o dever do Estado de fixar o Plano Nacional de Educação, declarou o ensino primário obrigatório e gratuito, instituiu a tendência à gratuidade para o ensino secundário e superior, tornou obrigatório o concurso público para atuar em cargos no magistério, incumbindo o Estado da fiscalização e da regulamentação das instituições de ensino público e particular. Esta constituição apresenta ideais progressistas em comparação com as anteriores. Ao lado destas idéias, aparecem outras de caráter conservador.



Figura 2.1.17: Sala de aula da Escola Caetano de Campos, colégio freqüentado pelas crianças da elite paulistana.

Os educadores católicos conservadores conseguem implantar nos currículos escolares o ensino religioso, e conseguem o reconhecimento das instituições particulares de ensino.

Getúlio, assim que toma o poder, estabelece novas medidas, como, a dissolução do Congresso Nacional, das Câmaras Legislativas Estaduais e Municipais, a suspensão da Carta Constitucional de 1891, e a criação dos Ministérios da Educação e Saúde Pública e o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio. Vargas, durante o Governo Provisório, cria um plano com dezessete itens com o objetivo de promover a reconstrução nacional.

O terceiro item do plano documental diz: *“difusão do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, um sistema de colaboração com os Estados; para ambas as finalidades, justificaria a criação de um Ministério da Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas.”* (GHIRALDELLI, 2006, p.40).

A REFORMA DE FRANCISCO CAMPOS

O Ministério da Educação e Saúde Pública tem a finalidade de planejar as reformas em âmbito nacional, assim como para a organização das universidades neste *espaçotempo*. A pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública foi ocupada por Francisco Campos (1930 a 1932) que promoveu diversas reformas de ensino no estado de Minas Gerais nos anos vinte.

Os decretos constituídos foram:

- Decreto 19.850 (11/04/1931) que criava o Conselho Nacional de Educação;
- Decreto 19.851 (11/04/1931) propôs regulamentação do ensino superior;
- Decreto 19.852 (11/04/1931) organizou a Universidade do Rio de Janeiro;
- Decreto 19.890 (18/04/1931) organizou o ensino secundário;
- Decreto 20.158 (11/04/1931) organizou o ensino comercial;
- Decreto 21.241 (14/04/1931) regulamentação sobre o ensino secundário.

De 1934 a 1937 esta pasta foi ocupada por Washington Pires e, a partir de 1937 a 1945, foi nomeada a Gustavo Capanema com a elaboração dos decretos-leis denominados Leis orgânicas do Ensino.

O novo governo dedica-se, inicialmente, às reformas do ensino secundário e superior destinados à elite da sociedade, sendo o ensino primário e o normal regulamentado na década seguinte. A reforma Francisco Campos, por apresentar um caráter elitista, não incluiu os



Figura 2.1.18: Francisco Campos.



Figura 2.1.19: Gustavo Capanema.

problemas do ensino popular e não apresentou a finalidade de erradicar o analfabetismo. O ensino secundário organizado pelo Decreto 19.890 (18/04/1931) tem como objetivo a formação geral e a preparação para o nível superior. (PILETTI, 2006, p. 78) aponta que quanto a estrutura, *“Passou a dividir-se em dois graus, com duração total de sete anos, sendo o fundamental de cinco anos e o complementar ou pré-universitário de dois anos.”* O complementar divide-se em três ramos que deve ser escolhido pelo aluno que pretende ser candidato ao curso superior em uma destas áreas: Humanidades – área jurídica; Ciências Naturais e Biológicas – áreas: Medicina, Farmácia e Odontologia; Matemática – áreas: Engenharia e Arquitetura. No conteúdo curricular foi observada uma diminuição do tempo reservado às Humanidades em prol dos saberes das áreas da Matemática, das Ciências Naturais e de Estudos Sociais, priorizando os saberes que destinavam-se a atender os interesses científico-tecnológicos da Era Industrial capitalista.

O Ensino Superior na década de trinta passa a ser organizado a partir da criação e funcionamento das universidades brasileiras. A Universidade de São Paulo foi a primeira instituição a funcionar no país, em 25 de janeiro de 1934. A Universidade do Rio de Janeiro apesar de ter sido criada em 7 de setembro de 1920, nunca chegou a funcionar como uma unidade, pois, as escolas que formavam em Medicina, Direito e Engenharia permaneciam atuando isoladas.

ESTADO NOVO (1937 – 1945)

Segundo (PILETTI, 2006, p. 87), com a aproximação das eleições presidenciais de 03 de janeiro de 1938, Getúlio Vargas, no final do seu mandato constitucional, com o apoio do exército e de grande parte dos representantes da classe dominante elabora o golpe do Estado Novo. O seu objetivo era permanecer no poder e, por isso, era necessário articular um plano que o conduzisse ao poder a partir do ideal de proteção nacional. Com isso, a repressão ao movimento comunista se intensificou alimentando o autoritarismo de Vargas que decretou estado de guerra visando prender qualquer pessoa sem ordem judicial. Um plano falso foi arquitetado, acusando os comunistas como conspiradores de uma revolução armada. (PILETTI, 2006, p. 87) diz, *“Getúlio Vargas, agora ditador, apresentava aos seus ministros a nova Constituição de 1937, centralizando todo o poder em suas mãos.”*

A nova Constituição de 1937 apresenta alguns retrocessos democráticos conquistados em 1934 e que representam o caráter ditatorial desta nova fase do governo. Os partidos políticos foram extintos, assim como o poder legislativo, os sindicatos passaram ao controle do governo, aparece à censura nas manifestações intelectuais e à imprensa, ocorrem modificações nas leis trabalhistas. O direito de todos à educação deixa de existir

de forma explícita no texto da carta magna e há uma ênfase nas escolas particulares. O governo desobriga-se a organizar e subsidiar a educação pública. Outro fator é o princípio de dois tipos de educação, uma destinada à elite – ensino secundário e superior e, outra, destinada à classe popular – ensino primário e profissional. É omitido o percentual financeiro destinado ao fundo educacional. A dualidade do ensino mostra-se presente ao se instituírem escolas particulares de ensino secundário para a elite e de ensino profissionalizante para as massas populares.

Os movimentos populares alertam para um fenômeno da Era Capitalista, a desumanização do humano. Nunca se produziram tantos abismos sociais impregnados pelos anseios liberalistas. Percebe-se um crescimento da desigualdade social que, ao mesmo tempo em que mascara a inserção da classe trabalhadora por uma educação diferenciada, legitima sua exclusão aos interesses da classe dominante, constituindo o mito do direito. Marilena Chauí (1986, p.78) alerta *“O sistema capitalista, pela necessidade interna da própria lógica, tem que admitir a existência de direitos, nem que seja na forma abstrações das idéias de cidadania”*. A Constituição de 1937, reflete de forma sorrateira e camuflada, os ideais antidemocráticos e antipopulistas como denuncia Xavier et all.(1994, p. 189) *“A Constituição de 1937 foi elaborada, então por uma tecnoburocracia de tendência fascista. Daí seu caráter conservador.”*

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

No período ditatorial do governo de Getúlio Vargas (1937 – 1945) eclode internacionalmente, a segunda guerra mundial (1939 – 1945). Tropas brasileiras das forças armadas são enviadas para os campos de batalhas apoiando o exército dos Aliados.

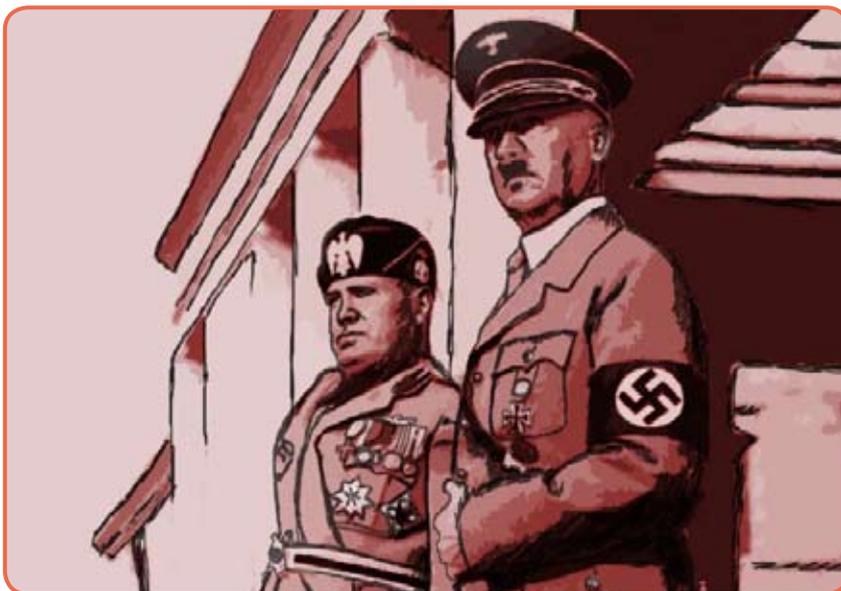


Figura 2.1.20: Mussolini e Hitler.

SAIBA MAIS

Holocausto após a Segunda Guerra Mundial o termo Holocausto passou a ser utilizado para se referir ao extermínio de milhões de judeus e outros grupos considerados indesejados pelo regime nazista de Adolf Hitler. Possíveis povos ou indivíduos exterminados pelo Nazismo de Hitler, judeus, militantes comunistas, homossexuais, ciganos, eslavos, deficientes motores, deficientes mentais, prisioneiros de guerra soviéticos, membros da elite intelectual polaca, russa e de outros países do Leste Europeu, ativistas políticos, Testemunhas de Jeová, alguns sacerdotes católicos e sindicalistas, pacientes psiquiátricos e criminosos de delito comum. (Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Holocausto>>. Acesso em:17/07/08.

O objetivo da guerra deixa de ser apenas uma disputa dos centros imperialistas por um ideal voltado para o capitalismo e passa a ser também, uma guerra dos povos pela liberdade e pela vida. Um dos exemplos que aportam este contexto é o povo judeu que lutam contra o terror do **holocausto** promovido durante a segunda guerra mundial pelo **Nazismo** da **Adolf Hitler** (1889-1945).



Figura 2.1.21: Segunda Guerra Mundial.

A guerra foi alimentada e arquitetada por Adolf Hitler que pretendia expandir o território Alemão, desrespeitando o Tratado de Versalhes, inclusive reconquistando territórios perdidos na Primeira Guerra. Na Itália estava crescendo o Partido Fascista, liderado por Benito Mussolini. Tanto a Itália quanto a Alemanha passavam por uma grave crise econômica apresentando milhões de cidadãos sem emprego.

Uma das soluções tomadas pelos governos fascistas destes países foi a industrialização. Estes países produziram principalmente armamentos, equipamentos e transportes de guerras. Paralelo a estes fatos, na Ásia, o Japão também desejava expandir seus territórios. Estes três países uniram-se e formaram o Eixo.

O marco inicial foi em 1939, com a invasão do exército alemão na Polônia. A França e a Inglaterra imediatamente declararam guerra à Alemanha. A política de alianças militares da época exigia a formação de dois grupos. Os Aliados são liderados por Inglaterra, URSS, França e Estados Unidos) e o Eixo são liderados pela Alemanha, Itália e Japão.

SAIBA MAIS

Nazismo foi um regime político de caráter autoritário que se desenvolveu na Alemanha por Adolf Hitler (1889-1945). A essência da ideologia nazista encontra-se no livro de Hitler, Minha Luta (Mein Kampf). Nacionalista, defende o racismo e a superioridade da raça ariana; nega as instituições da democracia liberal e a revolução socialista; apóia o campesinato e o totalitarismo; e luta pelo expansionismo alemão. Utilizando-se de espetáculos de massa (comícios e desfiles) e dos meios de comunicação (jornais, revistas, rádio e cinema), o partido nazista consegue mobilizar a população por meio do apelo à ordem e ao revanchismo. (Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/mundoantigo/fascismo/>>. Acesso em:17/07/08)

Adolf Hitler (1889-1945) chega ao poder pela via eleitoral, sendo nomeado primeiro-ministro com o apoio de nacionalistas, católicos e setores independentes. Com a morte do presidente Hindenburg (1934), Hitler torna-se chefe de governo (chanceler) e chefe de Estado (presidente). Interpreta o papel de führer, o guia do povo alemão, criando o 3º Reich (Terceiro Império). Com poderes excepcionais, Hitler suprime todos os partidos políticos, exceto o nazista; dissolve os sindicatos; cassa o direito de greve; fecha os jornais de oposição e estabelece a censura à imprensa; e, apoiando-se em organizações paramilitares, SA (guarda do Exército), SS (guarda especial) e Gestapo (policia política), implanta o terror com a perseguição aos judeus promovendo o holocausto, perseguição aos sindicatos e dos políticos comunistas, socialistas e de outros partidos. Consideram-se uma raça superior, arianos e massacraram em prol da raça pura. (Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/mundoantigo/fascismo/>>. Acesso em:17/07/08).

AS LEIS ORGÂNICAS OU REFORMA CAPANEMA

Em 1942 e 1946, foram decretadas as chamadas “Leis Orgânicas”, elaboradas pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, composta de seis decretos-lei.



Figura 2.1.22: SENAC.

Estas leis começaram a estruturar o ensino a partir de 1942 pelo ensino secundário e o ensino industrial. Em 1943, reforma o ensino comercial. Os ensinos normal, primário e agrícola só são reformados em 1946, já fora do Estado Novo, ainda que elaborado durante este período.

Estas Leis criam o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o Instituto Nacional do Livro, do Serviço e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Com esta reforma surge também o Orientador Educacional que tem a finalidade de garantir a ordem e a disciplina na vida escolar.

Vale ressaltar, que é a primeira vez que o ensino primário e o ensino normal recebem atenção, o que contribui com a queda da taxa de analfabetismo de 1947.

O ENSINO SECUNDÁRIO

Durante este período a nova reforma do ensino secundário modificado pelo Decreto-lei Nº 4244, de 9 de abril de 1942, a lei orgânica do ensino secundário estabeleceu as novas diretrizes instituídas pelo ministro Gustavo Capanema. O ensino secundário passou a ter três objetivos, formar a personalidade integral do adolescente; acentuar e



Figura 2.1.23: Normalista nos anos 50.

elevar a consciência patriótica e a consciência humanística; dar preparação intelectual geral para estudos elevados de formação especial, voltado para a classe dirigente.

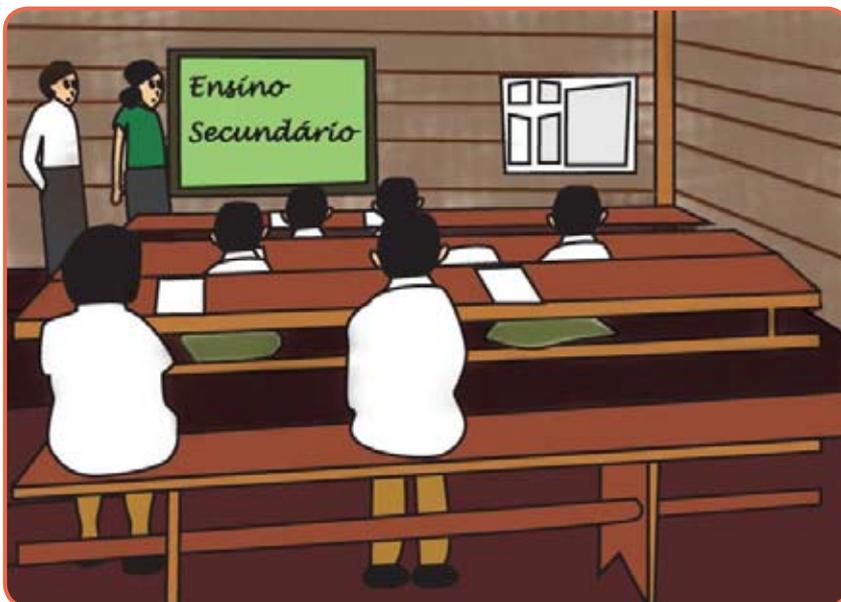


Figura 2.1.24: Ensino secundário.

Quanto à estrutura, permanece com dois graus, mas com duração modificada. Ginásial com quatro anos e um colegial de três anos. Entretanto, perde seu caráter exclusivo de preparação para a universidade direcionando para a formação geral dividindo em apenas dois ramos, o colegial clássico e o colegial científico com poucas diferenças no conteúdo.



Figura 2.1.25: SENAI.

Quanto ao conteúdo ocorre alteração referente ao Decreto-lei de 1931. Houve um acréscimo da carga horária de Humanidades e uma redução da carga horária de Matemática e Ciências. O aumento refere-se pela exigência do Latim em todas as séries do curso ginásial de 1942, assim como, a introdução de trabalhos manuais, História do Brasil, geografia do Brasil, a substituição de música por cantos orfeônicos, para introduzir a consciência patriótica.

O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL

O ensino técnico-profissional era um curso destinado às classes menos favorecidas. Estes cursos não apresentavam nenhuma utilidade para quem pretendesse dar continuidade a seus estudos. O objetivo era formar para o mercado de trabalho braçal.

Vargas aproveitando o discurso dos liberais sobre a criação destas escolas utilizou este recurso para resolver o problema do crescimento populacional urbana. O governo propôs a criação de escolas técnicas no campo com o objetivo de fixar os filhos dos colonos ao trabalho no espaço rural. As escolas técnico-profissionais foram construídas em áreas rurais destinando-se aos trabalhadores agrícolas e em áreas urbanas, para os trabalhadores do comércio e da indústria. As leis orgânicas regulamentam esta modalidade de ensino com os seguintes decretos-lei:

- Decreto-lei n.º 4.073, (30/01/42) – Ensino Industrial;
- Decreto-lei n.º 6141, (28/12/43) – Ensino Comercial;
- Decreto-lei n.º 9613, (28/08/46) – Ensino Agrícola;

Durante este período foram criados:

- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) Decreto-lei n.º 4048 (22/01/42).
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) Decreto-lei n.º 8621 (10/01/46).

PILETTI (2006) afirma que as finalidades destes decretos-lei são:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas do setor.
2. Dar aos trabalhadores jovens e adultos não-diplomados, uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e a produtividade.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e habilidades técnicas de trabalhadores diplomados ou habilitados.

O Decreto-lei que regulamenta o ensino industrial acrescenta uma quarta finalidade: “Divulgar conhecimentos de atualidades técnicas”. (p.92)



Figura 2.1.26: SENAC.

O ENSINO PRIMÁRIO E O NORMAL

A educação elementar foi negligenciada pelo governo, visto que até a presente data, 2 de janeiro de 1946, não houve qualquer reestruturação no seu modelo constituído após a lei de 1827, embora os burocratas políticos do governo afirmassem a prioridade da educação básica.



Figura 2.1.27: Instituto de educação – RJ.

A lei orgânica do ensino primário, Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, apresenta três finalidades básicas, como, iniciação cultural, desenvolvimento da personalidade e ampliar os conhecimentos necessários a vida na família, a defesa da saúde e a iniciação do trabalho. Esta modalidade de ensino visa atender dois públicos alvo, divididos em duas categorias, o ensino primário fundamental destinado às crianças de 7 a 12 anos em dois cursos sucessivos, o primário elementar com duração de 4 anos e, o primário complementar de 1 ano e o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.

ENSINO NORMAL

As escolas normais até o fim do Período Imperial somavam-se uma dezena e eram destinadas principalmente para os homens. No período Republicano foram multiplicadas rapidamente. 540 escolas normais em 1949. Com a Reforma de Capanema aparecem as escolas regionais e os Institutos de Educação. Apesar das escolas normais existirem desde o século XIX elas pertenciam à competência do Estado. A Lei atual propõe a centralização nacional das diretrizes.

O curso normal passa a ser destinado às mulheres. Tal fato está

atrelado a um interesse da classe dominante, investir valores menores aos salários dos professores. Inicia-se assim, o processo de adequação do curso normal para formar professoras. Com o passar do tempo as escolas normais se tornam instituições destinadas as moças da classe média em busca de uma profissão feminina.

A lei orgânica do ensino do ensino normal, Decreto-lei nº 8.530 foi promulgada no mesmo dia que a lei orgânica do ensino primário, em 2 de janeiro de 1946. Este curso tinha a finalidade de formar professores para escolas primárias, habilitar administradores escolares e desenvolver conhecimentos e técnicas sobre a educação da infância. O ensino normal era organizado em dois ciclos, onde o primeiro formava regentes de ensino primário, com duração de 4 anos e segundo visava a formação de professores primários, duração de 3 anos. Xavier et all. (1994) diz:

Nas escolas Regionais seriam formados os regentes e nos Institutos de Educação seriam oferecidos cursos para regentes, para professores, cursos de especialização de professores primários (em educação pré-primária, ensino primário complementar e supletivo, desenho e música) e de habilitação de administradores escolares (diretores, orientadores, inspetores, estatísticos e avaliadores). Nos Institutos funcionavam anexos de Jardim de Infância e a Escola primária. (p.193-194)

Outro ponto relevante é a análise curricular proposta por Aranha (1998, p. 203) *“Persiste a predominância de matérias de cultura geral em detrimento da formação profissional, bem como seu caráter rígido de avaliação”*.

2.2 - AS DIFERENTES PROPOSTAS EDUCACIONAIS NOS GOVERNOS POPULISTAS E O SURGIMENTO DA LDBEN 4024/61

CONTEXTO HISTÓRICO REPÚBLICA POPULISTA: (1945 – 1964)

Um dos fatos marcantes da História brasileira retrata o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, que ao lutar contra o nazi-fascismo, consolidou-se uma situação extremamente contraditória, uma vez que, Getúlio Vargas estabeleceu no nosso país um regime ditatorial com ideais fascistas. Entretanto, as tropas brasileiras enviadas para atuar na segunda guerra apoiavam as potências liberais contra o fascismo. Este movimento contraditório fortaleceu a luta contra o fascismo interno. Vargas percebendo o clima favorável as idéias liberais democráticas começou a reorganizar as medidas democráticas destinadas a uma aproximação com a camada popular incentivando uma política nacionalista. Vale ressaltar, que por trás desta atitude há um interesse político: ser eleito para permanecer no poder. Com a derrota do fascismo na segunda guerra mundial, Vargas compreende que se permanecer como um ditador, não permanecerá no governo, por isso, inicia a reabertura política concedendo eleições, anistias, liberdade de imprensa e legalidade dos partidos políticos. Ele é deposto pela oposição e pelas Forças Armadas.



Figura 2.2.1: Momentos populistas.

Medidas redemocratizantes iniciam um novo período na História do Brasil conhecido como República Populista. O presidente da República, General Dutra é eleito por eleições diretas com o apoio de Getú-

lio Vargas. A Constituição Federal de 1946 é promulgada restabelecendo o regime democrático no país. No governo de Juscelino Kubitschek vem as multinacionais e a construção de Brasília. Do governo de Jânio Quadros a turbulência do governo de João Goulart interrompido pelo golpe militar de 64 urge a cultura popular, com as contribuições da Bossa Nova, do Cinema Novo, a conquista da Copa do mundo de futebol de 1958 e 1962. Segundo Aranha (1998, p.211), o Brasil vive uma forte contradição *“Se por um lado o nacionalismo populista busca a identidade do povo brasileiro e sua independência, por outro tende a internacionalização, submetendo-se ao controle estrangeiro.”*



Figura 2.2.2: Filhos de sem-terras também têm acesso à educação.

A EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA POPULISTA: (1945 – 1964)

A Educação recuperou o princípio abolido na Carta ditatorial de 37, *“educação é um direito de todos”*, a escola primária obrigatória, a assistência a estudantes e a gratuidade do ensino oficial para todos quando comprovado a insuficiência de recursos. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN ou LDB) 4024/61 foi criada em 1961, e a segunda em 1971 durante a ditadura militar, que vigorou até a promulgação da atual LDB de 1996. Esta Lei é discutida por treze anos por educadores e políticos sendo promulgada em 20/12/61.

Dicas:

Ver LDBEN 4024/61 no link abaixo, acesso em 17/07/08:

<<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=78&Itemid=221h>>

O assunto que mais dividiu a opinião pública, principalmente, nos últimos anos, foi à liberdade de ensino. (PILETTI, 2006, p. 101) aborda “*Dois correntes radicalizaram suas posições: a dos defensores da escola pública representado movimento da educação nova e dos defensores da escola privada, ligados aos meios católicos*”. Os educadores que defendiam a escola pública lutavam para que a verba financeira destina-se apenas a esta instituição, enquanto, os defensores da escola particular lutavam contra a exclusividade da verba para as escolas públicas e laicas.

A Lei quando foi aprovada já estava defasada, pois não atendia mais a realidade brasileira, além do que, os graves problemas da educação foram ignorados, como por exemplo: a falta de vagas nas escolas, os problemas da educação popular, a melhoria do professorado, não sendo possível promover as mudanças necessárias.

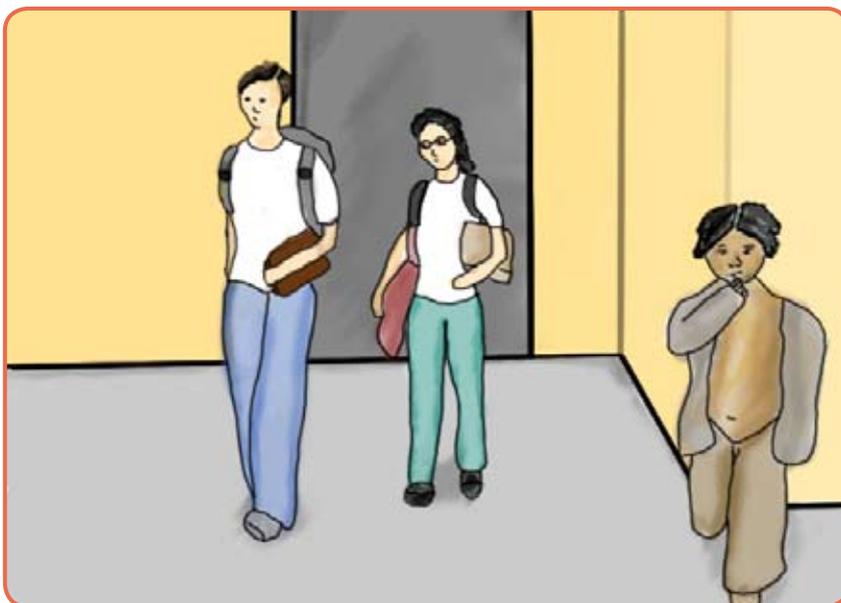


Figura 2.2.3: Classe popular excluída.

Na década de cinquenta e início da década de sessenta, os políticos progressistas incentivam a participação da população na vida política e cultural reivindicando reformas de base. Renasce um interesse pela discussão dos graves problemas que assolam a população. As entidades sindicais são criadas e os *movimentos de educação popular*, destinados à alfabetização de adultos são organizados pelo governo federal, destacando-se a Campanha de Educação de Adulto, o Movimento de Educação de Base e o programa Nacional de Alfabetização. Principais movimentos de Educação Popular deste período: Movimentos de Cultura Popular (MCP) e De Pé no Chão também se Aprender a Ler, Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de

Cultura da UNE.

No governo do presidente João Goulart são criados os CFE (Centros Federais de Educação, o PNE (Plano Nacional de Educação) cujo objetivo era a erradicação do analfabetismo atendendo uma das exigências do trabalho da Aliança para o Progresso, documento assinado em Punta Del Este, no Uruguai, em 1961. Também foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização com o intuito de construir um Plano Nacional de Alfabetização (PNA) e a Comissão de Cultura Popular e o (PNA) com o objetivo de implantar o sistema de **Paulo Freire** em todo o país atingindo mais trabalhadores.

A obra de Paulo Freire surge nesse turbilhão efervescente e desenvolve uma pedagogia *libertadora* e *conscientizadora* voltada para a camada popular partindo do princípio que a educação é um ato político tendo como um ponto de partida a realidade local. Inova por pensar numa educação popular voltada para a construção do conhecimento na sua origem, nas raízes históricas de um povo e na provocação de vazios através da *educação problematizadora*.

MANIFESTOS DOS EDUCADORES (1959)

Foi um movimento organizado com o objetivo de acelerar as discussões da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional que já vinha sendo discutida desde 1946 a favor do ensino público obrigatório gratuito e laico. Segundo Ghiraldelli Jr (2006, p. 92), o *Manifesto dos Educadores Mais uma vez convocados* retoma as concepções do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932 sendo também este documento redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 189 pessoas, entre eles

Educadores e intelectuais liberais, liberais-progressista, socialistas, comunistas, nacionalistas, entre outros. Este manifesto não se preocupou com as questões didáticas e pedagógicas e, sim com as questões políticas da Educação. Foi favorável ao ensino público e privado desde que as verbas públicas fossem dirigidas apenas à educação pública.

Mas, um substitutivo de Carlos Lacerda, em defesa do ensino privado e religioso e a verba passa a ser, também, para a privada. Tal manifesto apresentou as seguintes características:

- Divergência: monopólio do estado X ensino livre (iniciativa privada);
- Discussão do documento essencialmente político (exclusão pedagógica)
- Não há referência à seletividade biológica por talentos o que se difere do manifesto dos pioneiros de 1932;
- Não defendem a escola como instrumento de adaptação à sociedade;



Figura 2.2.4: Paulo Freire.

SAIBA MAIS

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife, 19 de setembro de 1921 e faleceu em São Paulo, 2 de maio de 1997. Foi um dos maiores educadores brasileiro. Pesquisador e educador dedicou-se à educação popular voltada para a escolarização como forma de denúncia das desigualdades sociais que assolam o nosso país. Preocupa-se com a formação da consciência, da problematização e da liberdade pela educação como um ato político e democrático. Durante o período da ditadura de 1964 foi exilado por ser considerado perigoso ao estimular o pensar do povo. Suas obras foram reconhecidas em diversos países recebendo vários prêmios e suas obras foram traduzidas para múltiplas línguas. Um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, influenciando o movimento chamado pedagogia crítica e libertária.

- Educação para o trabalho e desenvolvimento econômico;
- Ciências aplicadas: formação de especialistas.

A Campanha de Defesa da Escola Pública foi organizada formalmente a partir de 1960. Segundo Ghiraldelli Jr (2006, p. 92) apesar da campanha apresentar as condições postas pelos liberais foram os socialistas, como o professor **Florestan Fernandes** que amplia a discussão para as regiões consideradas distantes como o interior do Brasil levando para a camada mais pobre da população os ideais impregnados pelo discurso desde movimento. Tal fato propiciou a consolidação das Convenções Operárias de Defesa da Escola Pública, realizada em São Paulo em 1960 e 61. Esta Campanha apresentou três grupos de correntes filosóficas diferentes: o ideário liberal representado por **Anísio Teixeira** inspirado de Dewey; o ideário liberal conservador de Roque Spencer Maciel de Barros, João Villa Lobos inspirados em Immanuel Kant (1724-1804) e o socialismo de Florestan Fernandes inspirado em Marx. Os dois primeiros grupos viam a educação pública não apenas como uma ferramenta de promoção social, mas também, como um elemento estabilizador de conflitos inerentes ao mundo moderno promovendo assim a estabilidade social. Já para o terceiro grupo a educação pública deveria democratizar a cultura para as classes trabalhadoras negando a educação da iniciativa privada.

Ghiraldelli Jr (2006) afirma que os interesses privatistas da igreja católica foram expressos na revista Vozes, onde foi divulgado um discurso a favor da educação livre ministrada pela iniciativa privada e que não competia ao Estado promover a educação e, sim a família. Este grupo que defende o ideal da educação privada escreve críticas aos artigos de Anísio Teixeira e ao Ministério de Educação e Cultura (MEC).

Em 1961, o projeto foi aprovado da LDBEN 4024/61 pelo Senado e Sancionado pelo Presidente João Goulart representando para Florestan Fernandes uma derrota popular, por garantir igualdade de tratamento para as escolas públicas e privadas. Para Anísio Teixeira a lei representava uma vitória, *"Meia vitória, mas vitória"*. E **Carlos Lacerda** disse *"Foi a lei que pudemos chegar."* (apud GHIRALDELLI, 2006,p. 99). Ghiraldelli (2006) analisa esta fala de Anísio Teixeira e clarifica:

Parece que, a despeito da questão das verbas públicas para o ensino público, que tanto preocupou Florestan, no final do entender de Anísio, o que se tinha para comemorar é que de fato a estrutura do Estado Corporativo, em Educação, havia sido posta de lado. Enquanto Florestan, mais jovem que Anísio, pensava no que seria da escola pública diante de uma realidade em que ela poderia ter que competir por verbas com escolas pagas, Anísio Teixeira, que havia vivido uma derrota pessoal



Figura 2.2.5: Florestan Fernandes.

SAIBA MAIS

Florestan Fernandes (1925-1995) um dos pensadores socialistas afirmava que "um povo educado não aceitaria as condições de miséria e desemprego como as que temos" (revista Nova Escola-1991). Luta pela escola de qualidade que significa a emancipação dos trabalhadores. Segundo suas concepções a classe burguesa controlava os mecanismos sociais, mas que devido aos fatos históricos como a escravidão tardia, a herança colonial e a dependência do capital externo, apresenta uma resistência a mudança do que as burguesias dos países desenvolvidos. Para ele, o Brasil também era atrasado na cultura cívica que significava um compromisso com o interesse comum. Como deputado federal em 1980 e 1990 esteve presente no Congresso na discussões educacionais. Participou da elaboração da LDB 9394/96 defendendo propostas radicais como piso salarial dos professores previsto na LDB, princípio da escola única da educação infantil até o médio conjugando também a educação profissional, autonomia a escola tendo eleição de direção pela comunidade escolar e escolaridade maior aos setores carentes da população. Repudiava o autoritarismo do professor por compreender este como um instrumento de dominação.

diante do advento do Estado Novo, tinha razões de sobra para comemorar o fim da estrutura vertical e engessada na qual vivia o ensino brasileiro até então. (p.101)

Dermeval Saviani, um dos analistas da nova LDB 9394/96, três décadas depois, conclui que o Congresso Nacional de 1961 chegou a uma solução intermediária. Esta análise encontra-se na obra:

Nesse *espaçotempo* é notória a relação entre educação e política. Diante, das discussões e análises propostas é preciso refletir sobre o que há por trás dos fatos históricos, ou seja, os reais objetivos, interesses e motivos para determinados posicionamentos políticos, filosóficos e pedagógicos. Compreender a importância da reflexão-ação crítica histórico-social é o primeiro passo para a construção de uma democracia mais justa e equitativa nos dias de hoje.

SAIBA MAIS

Anísio Teixeira (1900 –1971), advogado, intelectual, educador e escritor brasileiro foi um dos responsáveis pelo movimento da Escola Nova reformando a educação da Bahia e do Rio de Janeiro e ainda no RJ, atual Distrito Federal, fundou a Universidade do Distrito Federal, em 1935.

Carlos Lacerda (1914 -1977) foi um escritor e político membro da União Democrática Nacional (UDN), vereador em 1945, deputado federal no período de 1947-1955 e governador do estado da Guanabara de 1960 a 1965. Fundador e proprietário do jornal Tribuna da Imprensa em 1949. Adversário político de Getúlio Vargas, do PTB e do comunismo. Fundou a editora Nova Fronteira em 1965. Foi cassado em 1968 pelo regime militar. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Lacerda. Acesso em 17/07/08.

Dermeval Saviani Formado em filosofia pela PUC-SP (1966), é doutor em filosofia da educação (PUC-SP, 1971) e livre-docente em História da Educação (UNICAMP, 1986). Desde 1967, é professor no ensino superior. Foi membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, coordenador do Comitê de Educação do CNPq e sócio-fundador da ANPED, CEDES, ANDE, CEDEC e SBHE. Foi condecorado com a medalha do mérito educacional do Ministério da Educação e recebeu da UNICAMP o prêmio Zeferino Vaz de produção científica. Autor de grande número de trabalhos publicados, atualmente é professor emérito da UNICAMP e coordenador geral do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". Disponível em: <http://www.autoresassociados.com.br/autor/52/dermeval-saviani>. Acesso em 17/0708.

UNIDADE 3

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO ESTADO MILITAR (1964-1985)

3.1 - AS REFORMAS EDUCACIONAIS DO PERÍODO MILITAR (1964-1985)

3.2 - OS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR

OBJETIVOS:

- Compreender os fatos históricos a partir de um entendimento crítico e problematizador acerca do golpe militar de 1964;
- Refletir sobre as críticas capitalistas, políticas e pedagógicas dos movimentos de educação popular contextualizada pela História em suas várias dimensões, espaços, sujeitos e vozes;
- Compreender as diferentes concepções de educação entre a ditadura e a educação popular e as intenções que envolvem as mudanças políticas e econômicas de ambas;
- Compreender de forma contextualizada a relação de poder entre educação e sociedade;
- Refletir criticamente sobre as mazelas sociais produzidas neste espaço-tempo que atingem a educação do terceiro milênio.

INTRODUÇÃO:

A Unidade 3, denominada, "A Educação Brasileira no Estado Militar (1964-1985)" abarca os processos educacionais da ditadura. Divide-se, em duas seções, na qual a primeira abordará as principais correntes pedagógicas que eclodem no Brasil neste período. A segunda seção, apresenta um olhar crítico e problematizador sob o enfoque da História e da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire. Propicia a análise de diversos pensadores sobre as conseqüências da ditadura militar, embargada pela corrente tecnicista acerca dos objetivos educacionais instituídos pelo governo e posicionamento destinado a classe popular. Conclui refletindo sobre os graves problemas gerados pelo consumismo exacerbado do capitalismo industrial que assolam a vida no planeta e, conseqüentemente, a condição humana no terceiro milênio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**BÁSICA:**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 13.ed. Petrópolis, Vozes, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2006.

XAVIER, M. E. et all. **História da Educação A Escola no Brasil**. SP: FTD, 1994.

COMPLEMENTAR:

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CHAUÍ, Marilena. A Nova República: democracia ou autoritarismo verde-amarelo? In: SANDROMI, Paulo (org). **Constituinte, economia e política na Nova República**. São Paulo: Cortez, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PILLETTI, N. e PILETTI, C. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, M.L.S. **História da Educação Brasileira: a Organização Escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

TOBIAS, J. A. **A História da Educação Brasileira**. São Paulo: Juriscredi, 1972.

VASCONCELLOS, Celso. **Avaliação concepção dialético-libertadora**. São Paulo: Libertadora, 1995.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho; BRITTO, Regina Helena Pires de. **Conceitos de Educação em Paulo Freire: glossário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VEIGA, Cynthia Greiva. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

3.1 - AS REFORMAS EDUCACIONAIS DO PERÍODO MILITAR (1964-1985)

CONTEXTO HISTÓRICO

A educação brasileira no período da ditadura militar de 1964 a 1985 reflete os problemas provocados pelo autoritarismo exacerbado atingido por todos os setores da sociedade. As reformas políticas educacionais desta época apontam para o não-diálogo entre os segmentos interessados como um dos pilares que sustentam a defasagem produzida na educação. (PILETTI, 2006, p.114) destaca que “o elevado índice de repetência e evasão escolar, escolas com deficiências de recursos de materiais, professores maus remunerados e sem condições satisfatórias para o trabalho e elevada taxa de analfabetismo são presenciadas até hoje em nossas salas de aulas”.



Figura 3.1.1: Movimentos contra a ditadura.

Os vinte anos de chumbo vivenciado pela sociedade brasileira cau-

saram inúmeros transtornos devido à ausência do estado de direito e pelo aproveitamento do capital estrangeiro liquidando de vez com o nacional-desenvolvimentalismo. A recuperação econômica proposta favorece a uma camada pequena da população pela concentração de renda e submete a classe trabalhadora ao arrocho salarial. Há um aumento violento no êxodo rural devido à falta de empregos nas áreas rurais. O empobrecimento e elevado índice de miserabilidade nas áreas urbanas provocam sérios problemas sociais em todo o país. Além disso, inúmeras torturas, mortes, desaparecimentos e “suicídios” são praticados contra qualquer oposição ao governo.

Estas repressões ditatoriais, também, são sentidas e no âmbito educacional. *“Em 1967, a ditadura coloca fora da lei às organizações consideradas subversivas, como a UNE (União Nacional dos Estudantes). [...] É proibida qualquer manifestação política. Estudante é para estudar, trabalhador é para trabalhar.”* (ARANHA, 1998, p. 211).

Em dezembro de 1968 o Ato Institucional N.º 5, anula todas as garantias individuais, públicas e privadas concedendo ao presidente, poderes para exercer o poder executivo e legislativo. Em fevereiro de 1969, o Decreto-lei N.º 477 proíbe professores, alunos e funcionários a se manifestarem politicamente. Muitos professores pelo terrorismo instalados nas universidades são demitidos, aposentados, exilados ou perseguidos. A censura invade todos os campos da sociedade eclodindo até nas salas de aula. O Decreto-lei de N.º 68.908/71 cria o vestibular classificatório. O critério deixa de ser a nota de aprovação sendo aceito só o número de candidatos relativos aos números de vagas disponíveis mediante classificação.

REFORMA TECNICISTA

Este é o modelo de educação que visa adequar a escola às exigências da sociedade tecnicista, industrial e tecnológica. A educação passa a ser concebida como um capital humano inserindo o Brasil no sistema capitalista internacional. O pensamento pedagógico está voltado para a técnica e precisão científica visando à formação do indivíduo moldado para atingir os objetivos estabelecidos.

Os pressupostos teóricos destas correntes pedagógicas estão embasados nas teorias: **Positivismo** de **Auguste Comte** e **behaviorismo**, teoria do comportamento fundamentada na **Lei de Pavlov** (S-R, estímulo-resposta) e na **Lei de Skinner** (S^d-R-S', reforço) que visavam à mudança de comportamento do aluno a partir do treinamento e do condicionamento para estimular o desenvolvimento de habilidades específicas. Estas teorias abordam a ciência como uma forma de conhecimento que pode ser mensurada a partir da observação e da experimentação, tendo como objetivo a verificação rigorosa.

SAIBA MAIS

Positivismo é uma corrente sociológica cujo precursor foi o francês Auguste Comte (1798-1857). Surgiu a partir das concepções sociológicas do Iluminismo, das crises iniciadas com o fim da Idade Média e com nascimento da sociedade industrial que necessitava de uma ciência social que dominasse as mudanças que estavam ocorrendo. Propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente teologia ou metafísica. Atualmente, associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento humano.

Auguste Comte nasceu em Montpellier no dia 19 de janeiro de 1798 e faleceu em Paris, 5 de setembro de 1857. Filósofo francês, considerado o pai da Sociologia e o fundador do Positivismo nega que a explicação dos fenômenos naturais, assim como sociais abandonando a visão das causas dos fenômenos (Deus ou natureza) e torna-se pesquisa utilizando as ferramentas das ciências naturais como os fenômenos observáveis a partir da observação, da experimentação, da comparação, da classificação, da análise e dos recursos históricos para a obtenção dos dados reais. Comte a princípio desenvolve a teoria da física social que posteriormente seria desenvolvida como Sociologia que para ele significava o estudo dos fenômenos sociais a partir dos critérios das ciências naturais.

Taylor desenvolve uma teoria que permite a industrialização a se tornar mais rápida em produção em série. Ele separa a concepção da execução de tarefas, submetendo o empregado ao parcelamento das tarefas. O objetivo da educação racionalista passa a ser organização, o planejamento, objetividade, produtividade e eficiência. O indivíduo passa a ser um mero executor de tarefas destinado a dar as respostas desejadas frente aos objetivos estabelecidos.



Figura 3.1.2: Behaviorismo condicionamento respondente de Pavlov.

Os acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e *United States Agency for International Development*) estabelecem uma reforma autoritária e extremamente domesticadora, cujo intuito é atrelar ao sistema educacional ao modelo econômico dependente da política norte-americana destinada a América Latina recebendo assistência técnica e cooperação financeira. Esta proposta é imposta pela política norte-americana. Segundo Aranha (1998, p.213), esta união educacional entre os objetivos norte-americanos e militar tecnocrático estão organizados em três pilares: *educação e desenvolvimento* visando a produção mão-de-obra especializada; *educação e segurança* almejando a formação de cidadãos consciente, pelas disciplinas de civismo pela Educação moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros; e *educação e comunidade* visando estabelecer e criar conselhos de empresários e mestres. A reforma educacional ocorreu promulgando as LDBs 5540/68 e 5692/71 são impostas pelo regime militar sem passar pelo processo de discussão que perdurou anos vivenciada pela LDB 4024/61.

SAIBA MAIS

Behaviorismo é uma corrente da Psicologia que tem como objeto de estudo o comportamento humano desejável pautado na observação e experimentação em laboratórios, utilizando animais para compreender os comportamentos observáveis, através de estímulos e repostas. Não há a presença do estudo do inconsciente e introspecção. Os Behavioristas não consideram estes métodos confiáveis pois os processos mentais internos não são mensuráveis ou analisáveis, sendo, desnecessário este tipo de estudo para a Psicologia empírica.

Pavlov nasceu em 14 de Setembro de 1849 e faleceu em 27 de Fevereiro de 1936. Estuda o condicionamento do comportamento (reflexo) a partir da experiência com animais. Estudou o comportamento dos cães pela produção de salivas nos cães como resposta aos estímulos, ou seja, modelo estímulo - resposta (S-R) produzidos por ele nos laboratórios experimentais divulgando os resultados obtidos com o condicionamento clássico respondente.

Skinner (1904-1990) afirmava que todo comportamento seria aprendido através de condicionamento desenvolvendo os princípios do condicionamento operante. O condicionamento operante segue o modelo Sd-R-Sr, (estímulo discriminativo-resposta- estímulo reforçador). Neste modelo o condicionamento só ocorre após a resposta quando reforçamos este comportamento com uma gratificação ou punição, chamados por Skinner como reforço (positivo ou negativo) que "estimule" o comportamento ou uma punição (positiva ou negativa) que iniba o comportamento.



Figura 3.1.3: Behaviorismo condicionamento operante de Skinner.

SAIBA MAIS

Frederick Winslow Taylor propôs novas formas de gerenciar a organização nas indústrias ao observar o trabalho dos empregados e percebeu a ineficiência com que os mesmos trabalhavam, utilizando diferentes técnicas para realizar o mesmo trabalho. Em suas pesquisas identificou eventuais problemas que atrasavam o tempo de produção, além de inventar aparelhagens. Estudou o tempos nas linhas de produção desenvolvendo métodos para executar as tarefas. Passou a calcular o salário por cada unidade produzida.

Dicas:

Ver LDBEN 5540/68 e a LDBN 5692/71 no link abaixo, acesso em 17/07/08:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm>

EDUCAÇÃO POPULAR NA DITATURA (1964-1985)



Figura 3.1.4: Cartaz do MOBREAL.

No período da ditadura militar (1964-1985), os movimentos criados foram Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), ambos como mecanismo de controle político das massas populares. A Educação de jovens não visa mais os ideais de Paulo Freire, uma vez que, este foi até perseguido e exilado pelo golpe militar. Sua teoria-prática pedagógica era vista como “perigosa” ou de caráter “subversivo” pois propunha uma Educação para a reflexão, a libertação, a autonomia, a participação política, a conscientização e a transformação social da classe trabalhadora, ou seja, os excluídos. Seu discurso onde a Educação deveria ser visto como um ato político deveria ser substituído por uma Educação tecnicista e compensatória modelando o trabalhador disciplinado, competente para seguir ordens e técnicas garantindo apenas o desenvolvimento econômico do país e não do trabalhador. Ghiraldelli (2006) nesta passagem da sua obra, História da Educação Brasileira, contextualiza:

A Ditadura Militar, sob o vácuo deixado pela destruição das entidades que incitavam os movimentos de educação popular, criou em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que para passar por eficaz, chegou mesmo a dizer que poderia utilizar o método de Paulo Freire “desideologizando”. Era algo estranho, dado que o método Paulo Freire autêntico não poderia conviver com uma educação que não estivesse ligada à idéia de tomada de consciência política a partir da constatação e denúncia do modelo econômico concentrador de renda, que atingiu duramente justamente os participantes do MOBRAL. (p.114)

A LDBEN 5692/71 retrata o ideal do governo militar: acentuar a privatização e a profissionalização do ensino, sendo esta reforma caracterizada por seu perfil utilitarista e discriminatória já que não previa via escola uma garantia de ascensão social. Há um aumento do analfabetismo e da evasão escolar aumentando as desigualdades sociais. Até meados da década de 80, há uma ausência de projetos em Educação que permaneciam com o modelo assistencialista, excludente e compensatória das desigualdades. Surgem apenas programas que visavam “socorrer os despossuídos”.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

A Lei N. ° 5.540/68 trata da reforma universitária extinguindo a cátedra, cargo de professor universitário, titular em determinada disci-

plina, unifica os vestibulares aglutinando as faculdades universidades para reduzir gastos e ter maior eficiência e produtividade. Institui o sistema de créditos sendo possível a matrícula por disciplina. A nomeação de reitores dispensa a exigência de pessoas ligadas ao corpo universitário. A universidade perde parte da sua autonomia devido ao controle externo do governo entre múltiplas decisões se destacando, principalmente, a seleção e nomeação de pessoal. Ocorre a reestruturação e divisão de departamentos ampliando o processo de burocratização, característica do modelo tecnicista, inspirados nos ideais de Tayler, o que instaura na universidade a racionalidade, a eficiência e a produtividade, características desejadas em qualquer empresa tecnocrática. Esse modelo fragmenta o trabalho escolar, isola os pesquisadores e facilita a dispersão dos alunos pelos sistemas de créditos provocando a despolitização e impossibilidade de organização estudantil com a desconfiguração das turmas. Durante este período, acontece a instalação de institutos de pesquisas, de treinamento e de colégios universitários.

Desde o Manifesto dos pioneiros da educação nova, na década de trinta, a Universidade apresenta a tríplice função caracteriza a universidade: ensino, pesquisa e extensão sendo reforçada na nova LDB 5.540/68. Esta tríplice função permanece até hoje sendo prevista pela Constituição Federal 1988 no Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ghiraldelli afirma (2006):

A reforma universitária promovida pela Lei 5.540/68 nunca foi aceita pelos setores não conservadores. De fato, não chegou a empolgar nem mesmo as parcelas da comunidade acadêmica, simpática às inovações do governo ditatorial. Todavia, o contrário se deu com a reforma do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Tal reforma foi promovida pela Lei 5.692/71, que alterou a Lei 4.024/61. A Lei 5.692/71, nossa segunda LDBN foi acolhida com entusiasmo por boa parcela do professorado que quis a concretização das determinações da nova legislação. (p.115)

Outro fator relevante que deve ser analisado com extrema atenção e criticidade é a adoção do vestibular unificado e classificatório. Para Ghiraldelli (2006):

O vestibular unificado e classificatório eliminou como um passe de mágica os excedentes, aqueles

que, apesar de aprovados no vestibular, conforme a média exigida, não podiam efetivar a matrícula por falta de vagas. O “problema dos excedentes” [...] ficou longe de ser resolvido, uma vez que a nova lei apenas usurpou o direito de matrícula dos estudantes já aprovados no vestibular. De fato, o acesso ao ensino superior foi equacionado pela Ditadura militar com o incentivo à privatização do ensino – na década de 1970 o governo colaborou com a abertura dos cursos de terceiro grau de duvidosa idoneidade moral. Essas medidas provocaram ao longo dos anos, uma profunda alteração na vida universitária e na qualidade do ensino. (p.117)

A REFORMA DO 1º E 2º GRAU

Foi imposta pelo governo sem a participação dos professores e estudantes. Esta reforma aconteceu no governo de Médici, tendo um grupo de estudiosos selecionados pelo coronel Jarbas Passarinho, atual Ministro da Educação, cargo auferido por Médici. Dermeval Saviani (2000, p. 33) afirma que pedagogia tecnicista propicia a pedagogia não-crítica comprometendo o desenvolvimento do país.

O artigo 1º da Lei N.º 5.692/71 diz que *“o ensino de 1º e 2º grau tem por objetivo geral de proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo consciente para a cidadania”*. Aranha (1998, p. 214) enfatiza que para alcançar tal objetivo proposto por este artigo, a lei amplia a obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos, suprimindo o antigo exame de admissão cujo intuito era a seleção, já que com o caráter obrigatório todos adquiriram o direito.

Apesar da expansão da obrigatoriedade do 1º grau durante as oito séries propostas, o número da demanda é muito maior do que os recursos materiais e humanos disponibilizados. A consolidação de uma escola única, eliminando o dualismo entre o secundário e o técnico, acontece, mas a profissionalização em todos os níveis não se efetiva devido á falta de recursos, professores especializados e infra-estrutura. Além disso, a introdução da disciplina de civismo significava impor a ideologia da ditadura militar.

O ensino profissionalizante passou a ser exercido por uma escola única extinguindo a separação entre escola secundária e técnica. Além disso é reestruturado o curso supletivo, apresentando um caráter compensatório. Um dos principais pontos polêmicos na atualidade no que se refere ao ensino supletivo é que este caráter compensatório permanece na atual LDB 9394/96.

Aranha (1998, p.215) afirma que a reforma da LDB 5692/71 apresentou algumas mudanças significativas, como: a obrigatoriedade do 1º grau em 8 anos, a escola única unindo secundário e técnico, a profissionalização do ensino médio para todos e o caráter de continuidade do primário ao superior. Entretanto, tais mudanças trouxeram prejuízos consideráveis, além de ser utópica: a obrigatoriedade é ilusória por não atender a demanda; a profissionalização não se efetiva por falta de professores especializados e recursos financeiros; a diminuição da carga horária das disciplinas de história e geografia e a extinção da filosofia comprometem a formação do senso crítico e da consciência política; as escolas particulares não estão submetidas à lei formando a elite sem redução de carga horária para o vestibular que apresenta até hoje caráter classificatório e seletivo.

Aranha (1998, p. 216) enfatiza a importância da reflexão sobre o crescimento das privatizações de ensino. Os cursos são elaborados nos moldes empresariais. Com a criação exacerbada dos cursos superiores particulares, com poucos recursos e superlotações das classes, *“estes acabam sendo destinados aos alunos pobres com baixo nível social, que mal preparados pelas disputas de vagas não têm acesso as melhores universidades, geralmente, as públicas”*.

Neste *espaçotempo* que engloba os fatores históricos e sociais de uma sociedade tecnicista repensar sobre as mazelas produzidas sob o enfoque deste ideal de educação se faz em caráter de urgência para compreender os novos desafios que aportam na educação do terceiro milênio.

3.2 - OS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR

A PEDAGOGIA LIBERTADORA DE PAULO FREIRE

Paulo Freire um dos grandes pedagogos mundiais contribuiu profundamente com a Educação popular e conseqüentemente com a Educação de Jovens e Adultos. Freire nasceu no Recife em 1921, iniciou suas práticas pedagógicas alfabetizando 300 trabalhadores do campo em 45 dias. Sua formação intelectual inicia com o cristianismo e o existencialismo o que percebido em sua obra *Educação como prática da liberdade* (1965). Já em sua obra, *Pedagogia do Oprimido*, percebe-se a influência do neomarxismo, pois propõe uma abordagem dialética da realidade cujo os determinantes encontram-se nos fatores econômicos, sociais e políticos. No Brasil, lecionou na Universidade Federal de Pernambuco e dirigiu o Centro de Extensão Cultural. Foi consultor especial para assuntos de Educação no Ministério de Educação e Cultura.

Durante a década de cinquenta, Paulo Freire desenvolveu experiências com a alfabetização de adultos em áreas urbanas e rurais de Recife. A partir de 1961, Paulo Freire colocou em prática seu método já estruturado iniciando em Recife. Em 1962, expande para João Pessoa, na Paraíba e em Natal, no Rio Grande do Norte preconizando a campanha “De pé no chão também se aprender a ler”.

O método de Paulo Freire consistia em adequar o processo educativo as características do meio e dos sujeitos envolvidos. Em primeiro lugar, era preciso localizar os analfabetos, em segundo lugar era preciso conhecer a realidade local organizando entrevistas com os adultos inscritos nos círculos de cultura, além dos demais habitantes da área selecionados por conhecerem esta localidade. Em terceiro lugar, registravam-se as palavras dos sujeitos participantes. A entrevista era permeada por questões do cotidiano envolvendo fatores familiares, trabalhistas, atividades religiosas, políticas, recreativas, econômicas e socioculturais. Com as entrevistas já concluídas era feita uma análise relacionando o universo vocabular local, extraíndo as palavras geradoras que são a unidade básica na organização do programa de atividades e futuras orientações para debates e nos círculos de cultura. As palavras selecionadas costumavam ser aproximadamente dezessete. Algumas palavras destacavam-se por serem comuns a diversos círculos de culturas, como, tijolo, enxada, panela, voto, cozinha. Estas palavras eram divididas em sílabas formando novas palavras. As discussões propostas atreladas a este método de alfabetização permitiam que o indivíduo pronunciasse a sua palavra, conscientizando-se da realidade em que vive e problematizando sobre as possibilidades transformações sociais a partir da sua realidade de vida.

Este é um método de alfabetização de adultos, de cunho conscientizador/libertador, onde o diálogo é o elemento central desta pedagogia. Segundo Freire (1997, p 78) “*O diálogo não é um bate-papo desobrigado, mas sim a oportunidade, não isolamento, com a possibilidade de compreensão do pensamento do outro*”. A Alfabetização é um ato de ler o mundo e atuar criticamente sobre ele. É aprender a dizer a sua palavra através da relação *eu-tu* e externar sua prática.

As práticas tecnicistas invadem o ambiente escolar priorizando a formação do homem para o ajuste e aceitação do *status quo* estabelecido pela ordem social vigente. É o que Paulo Freire chama de “*educação bancária*”, onde o professor transfere o seu conhecimento para o aluno, como se isso, fosse possível. Esta forma de ensinar só serve ao objetivo de reproduzir, repetir, massificar. Assim, tal concepção de educação privilegia o interesse da classe dominante que

visa negar a humanização do ser, voltada para a mercantilização do humano. Freire (2005) afirma que:

Na visão bancária da educação, o saber é uma doação que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funde numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (p.27)

A Educação problematizadora nega a educação bancária e fundamenta-se como prática dialógica e tomada de conscientização. Para ele, *“A educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um ato permanente de exposição da realidade.”* (FREIRE, 2005, p. 35). Compreende uma consciência de si, do outro e do mundo consolidado pelo contato do homem com o mundo vivido.

A relação de poder professor-aluno deve ser quebrada e deve ser instaurada a relação dialógica que oportuniza a troca e não a imposição. O professor educador-educando busca temas significativos não sendo o professor sobre o aluno e sim, o professor com o aluno. O diálogo crítico e libertador leva o sujeito antes passivo a ser um sujeito autor, pois descobre-se com um ser histórico capaz de transformar a realidade, é a construção do *Ser Mais*. Há uma superação da postura autoritária e uma valorização da postura humanizadora que aproxima opressores e oprimidos enraizando o que fazer permanente sendo a educação um ato político capaz de construir sujeitos autônomos e livres.

Outro diferencial na obra de Paulo Freire pode ser observado nesta fala dele no Simpósio Internacional para a Alfabetização em Persépolis, Irã em setembro de 2005:

Não basta saber ler mecanicamente que Eva viu a uva. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com este trabalho. Os defensores da neutralidade da alfabetização não mentem quando dizem que a clarificação da realidade simultaneamente com a alfabetização é um ato político. Falseiam, porém, quando negam o mesmo caráter político à ocultação que fazem da realidade. (Freire Apud Gadotti, 2006, p. 255)

Paulo Freire não questionava apenas como se dava à construção do conhecimento, mas qual o posicionamento adotado pelos sujeitos

envolvidos diante da construção do conhecimento? Sujeitos educandos-educadores que ensinam e aprendem, ao mesmo tempo, sendo professor e alunos mediadores do processo? Ou sujeitos passivos que absorvem o saber do outro de forma evasiva e acrítica reproduzindo os interesses dos opressores?

A educação é um ato político pelo qual professores e alunos buscam ampliar seu grau de consciência crítica do mundo, inserindo-se assim numa sociedade livre, justa e autenticamente democrática.

Ainda como concepção dialógica Freire ressalta a coerência entre a palavra e o ato. Um dos pontos centrais de sua obra reflete a tomada de consciência. É preciso levar a massa a refletir sobre os mitos instituídos pela ordem opressora e que os mitos são indispensáveis para a manutenção do *status quo*. Compete ao sujeito renunciar estes mitos impostos. Freire diz (2005):

“[...] O mito do direito de todos à educação, quando o número de brasileiros que chegam às escolas primárias do país e dos que nelas conseguem permanecer é chocadamente irrisório. O mito da igualdade de classe, quando o sabe com quem você está falando? É ainda uma pergunta dos nossos dias”. (p. 159)



Figura 3.2.1: Com a esposa Elza Freire (à esquerda) e sua irmã Stella, na volta ao Brasil, em 1980, no aeroporto em Campinas.

O Governo João Goulart logo se interessou pelo sucesso do método de Paulo Freire e o expandiu por todo o território nacional, entretanto, o golpe militar de 1964 interrompeu os trabalhos educacionais

de Paulo Freire no Brasil, acusado de “subversivo” por levar o povo a pensar sobre a sua condição humana e política.

Paulo Freire foi preso e, posteriormente, exilado do Brasil. Durante os quatorze anos de exílio, as obras de Paulo Freire ganharam reconhecimento internacional por despertar o compromisso da educação da libertadora pelo fim da opressão na sociedade capitalista vigente. Em junho de 1980 volta definitivamente para o Brasil desembarcando no aeroporto em Campinas e afirma “Dezesseis anos de ausência exigem uma aprendizagem e uma maior intimidade com o Brasil de hoje. Vim para reaprender o Brasil.”

Freire lecionou Faculdade de Educação da Unicamp, em Campinas e atuou no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da PUC-SP. Também, participa da fundação do Vereda, um Centro de Estudos em Educação, que desenvolvia pesquisas, prestando assessoria e formação de professores dedicados à prática da educação popular. Assumiu em 1989 o cargo de Secretário de Educação da cidade de São Paulo. Faleceu no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, no dia 02 de maio, vítima de um infarto agudo do miocárdio. Deixou 5 filhos e viúva.

Entre suas obras mais lidas e vendidas estão: A pedagogia como prática da liberdade; Pedagogia do Oprimido; Cartas à Guiné-Bissau; Conscientização – teoria e prática da liberdade; Educação e mudança; Pedagogia da esperança; Pedagogia da Autonomia.

UM ESPAÇOTEMPO QUE PRECISA SER PROBLEMATIZADO

Podemos afirmar que a Educação brasileira está atrelada às mudanças históricas e sociais da Humanidade. Novos discursos surgem fundamentados, principalmente, pelas teorias construtivista que apontam o sujeito como interacionista. Entretanto, muitas vezes nos defrontamos no nosso país com situações da sociedade escravocrata, onde o educando da camada popular mais baixa não tem voz. Como diz Vasconcellos (1998, p. 43) o “*cala a boca!*” dito pelo professor ecoa nas senzalas do sistema capitalista e transforma-se aos poucos em silêncio profundo de negação do outro. Negação do outro significa algo muito perverso denunciado pela obra de Freud, significa, a “pulsão de morte” invés de “pulsão de vida”. Ao negar o outro, negamos o direito à vida, à esperança, à luta, à indignação, à solidariedade, ao Ser Mais. Ser mais é um termo presente na obra de Freire (2005, p. 30) que significa “(...) *vocação negada na exploração, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada*”. Vasconcelos e Brito (2006, p.176) afirmam que “*Ser Mais é uma vo-*

cação natural de todos os homens". Entretanto, ao historiar as relações de poder encontramos o "ser Menos", que significa para Freire, a *exclusão social, a opressão, a exploração*, que está "enraizado" nos bancos escolares tendo como "adubo" a educação excludente, seletiva e elitista.



A educação do terceiro milênio precisa refletir sobre os graves problemas gerados pelo consumismo exacerbado do capitalismo industrial do que assolam a vida no planeta e, conseqüentemente, a condição humana.

Embasada na obra de Paulo Freire afirma-se que é preciso superar a visão romântica de Educação que camufla e adia a reflexão-ação e a criação para a ação. Ao criar idéias que devem ser executadas no futuro, esquecemos de dialogar com o agora, de problematizar os reais problemas que provocam os abismos sociais e a desumanização. Além do que, a visão ingênua diante do mundo nos cega, é fundamental enxergar além do que é exposto, do que é dito. Não se muda o futuro sem atuar criticamente no presente que se faz urgente neste *espaçotempo*.

UNIDADE 4

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA NOVA REPÚBLICA ATÉ OS DIAS ATUAIS (1985 em diante)

4.1 – A REDEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E AS IDÉIAS PEDAGÓGICAS.

4.2 – AS DISCUSSÕES SOBRE A NOVA LEI DA EDUCAÇÃO E O SURGIMENTO DA LDB 9394/96.

4.3 – OS NOVOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO.

OBJETIVOS:

- Verificar, as mudanças nos princípios da educação nacional, no período pós-redemocratização;
- Identificar os princípios constitucionais e da organização educacional no contexto da LDB- Lei 9394/96;
- Compreender, o processo de descentralização político-administrativa da educação na Constituição Federal,

INTRODUÇÃO:

Durante o período que compreende o fim do Regime Militar e a eleição indireta de Tancredo Neves, com seu posterior falecimento, e a posse de José Sarney, pensou-se que poderíamos novamente discutir questões sobre educação de uma forma mais democrática e aberta. É neste contexto que as políticas educacionais brasileira até então identificada com o autoritarismo, e a centralização, procura referenciais na descentralização, na flexibilização e a busca por uma gestão democrática. Estes pensamentos se manifestam, sobretudo, na Constituição Federal de 1988, e confirmados na Lei 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

ARANHA. Maria. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2000

BRASIL. Lei 9394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**- LDB http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

BRASIL.**Constituição Federal de 1988** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

CHIRALDELLI Jr. Paulo. **Filosofia e História na educação brasileira.** São Paulo: Manole, 2003

PILLETTI. Nelson. **História da Educação no Brasil.**6. ed. São Paulo: Ática,1996

COMPLEMENTAR:

DUTRA, Cláudio E. G. **Guia de referência da LDB/96 na integra.**São Paulo: Avercamp, 2003

DEMO, Pedro. **A nova LDB: Ranços e avanços.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1997

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação brasileira: projetos em disputa: Lula xFHC na campanha eleitoral.** São Paulo: Cortez, 1995

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999

4.1 – A REDEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E AS IDÉIAS PEDAGÓGICAS

NOVA REPÚBLICA: REDEMOCRATIZAÇÃO

Após um longo período que se iniciou em 1964, com o Golpe Militar, a educação brasileira foi identificada com o autoritarismo e a centralização, tendo em vista os objetivos dos governos militares. Todavia com a eleição indireta de Tancredo Neves, com seu posterior falecimento e a posse de José Sarney, pensou-se que poderíamos novamente discutir questões sobre educação de uma forma mais democrática e aberta. É neste contexto que temos a promulgação da Constituição de 1988, a qual enfatiza a Educação e a sua forma de organização na nova organização da sociedade que se apresentava.

Após um longo período de repressão, vários órgãos representativos começaram a reunir-se e a expor seus ideais e sugestões referentes ao processo educacional da nação. Diversas reivindicações, que há muito não eram atendidas, são postas na rua, com o objetivo de uma mudança no sistema educacional, uma vez que este estava, até então,



Figura 4.1.1: Tancredo Neves.

montado para legitimar o governo autoritário que governava o país. Segundo Aranha (2000,p. 218) “Após a análise do rescaldo da ditadura, a situação pede não só urgente valorização do magistério, mas a necessária recuperação da escola pública, aviltada e empobrecida nesses anos todos”



Figura 4.1.2: Constituição Federal de 1988.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1987, vários temas são postos à mesa, uma vez que a sociedade civil, como um todo, é chamada a participar do processo de construção da nova carta Magna. Nesse aspecto os setores mais antagônicos da sociedade buscam fazer com que seus interesses prevaleçam na promulgação da nova Constituição. “No campo educacional também foram intensos os debates. Mais uma vez coloca-se em lados opostos os privatizadores que reivindicam, entre outras coisas, verbas públicas para a escola particular- e os defensores da escola pública e gratuita para todos, em todos os níveis.” (PILETTI, 1996:135).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal, promulgada em 1988, dedica o seu Capítulo III para tratar da Educação e da Cultura e do Desporto, já a Seção I trata exclusivamente sobre a EDUCAÇÃO a qual recebeu futuras modificações via **PEC**, conforme podemos observar:

SAIBA MAIS

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) é uma atualização, um emendo à Constituição Federal. É uma das propostas que exige mais tempo para preparo, elaboração e votação, uma vez que modificará a Constituição Federal. Em função disso, requer quorum quase máximo e dois turnos de votação em cada uma das Casas legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO
Seção I
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No transcorrer da seção que trata sobre a educação várias observações sobre o rumo do sistema educacional brasileiro são traçadas. Ao tratar sobre a educação infantil, cita que esta é um direito de toda criança e uma obrigação do Estado (art. 208, IV da Constituição Federal). Todavia cabe salientar que a criança não está obrigada a frequentar uma instituição de educação infantil, mas sempre que sua família deseje ou necessite, o Poder Público tem o dever de atendê-la.

De acordo com a Constituição Brasileira, o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, sendo que o art. 208 preconiza a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria, e é prioridade oferecê-lo a toda população brasileira. É nesta premissa que o § 1º do art.208 afirma que : “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”, e seu não-oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade competente.

Tratando-se dos princípios da educação, o art. 206 ressalta a “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Sobre o ensino Superior é ressaltada a importância da autonomia universitária (Art. 207), exercida nas dimensões previstas na Carta Magna, que abrange a autonomia didático-científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial. A Constituição Federal preceitua que

é dever do Estado com a educação efetiva - mediante a garantia de, entre outros, acesso aos níveis mais elevados do ensino, pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

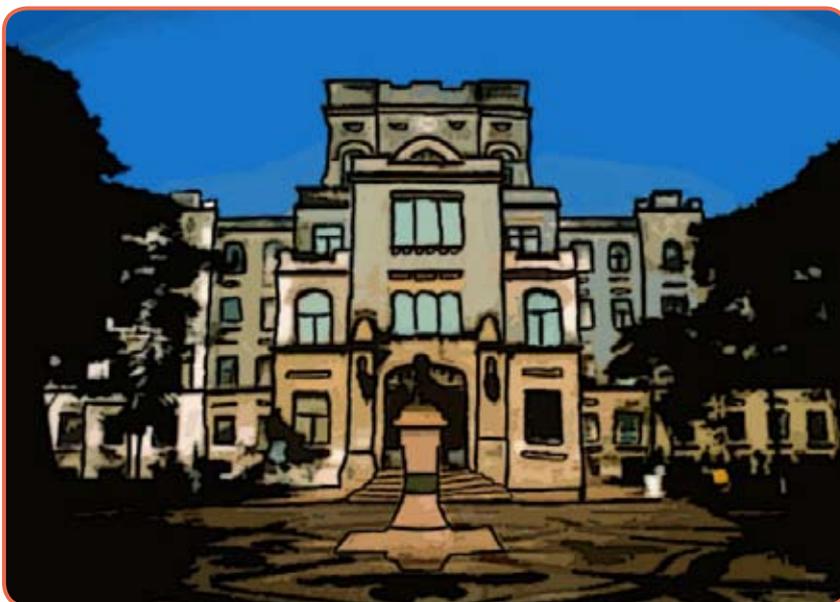


Figura 4.1.3: Universidade de São Paulo – Escola Politécnica.

A Constituição Federal estabelece o direito às pessoas com necessidades especiais receberem educação, preferencialmente, na rede regular de ensino (art. 208, III).

O Art. 208. trata sobre o dever do Estado com a educação, que deverá ser efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

No que concerne à destinação de verbas específicas para a área da educação o Art. 212 afirma que A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Desta forma como podemos observar, vários pontos levantados pela **“Carta de Goiânia”** foram absorvidos na elaboração da nova Constituição, como o ensino laico, obrigatório, público e gratuito oferecido pelo Estado. A própria Carta Magna determinou que se elaborasse uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB esta que será analisada a seguir.

SAIBA MAIS

Carta de Goiânia - documento final que reflete sobre a educação elaborado em 1986 com a participação de mais de 5 mil professores e sendo assinado por diversas entidades representativas do meio educacional, formulado na IV Conferência Brasileira da Educação.

4.2 – AS DISCUSSÕES SOBRE A NOVA LEI DA EDUCAÇÃO E O SURGIMENTO DA LDB 9394/96

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI 9394/96)

Os princípios da Constituição em relação ao compromisso do Estado e da sociedade com a educação se reproduzem na Lei 9394/96 -LDB/96. Desta forma, a partir da Constituição Federal de 1988, destaca-se o processo de descentralização político-administrativa do Estado, o que se reflete na Lei 9394/96 – LDB/96 – na democratização da gestão.

Tendo em vista que, com a promulgação da Constituição de 1988, a qual refletiu uma época na sociedade brasileira, onde as decisões passaram a ser, sobretudo, coletivas em busca do gradual fim das hierarquias, tem-se a elaboração de uma nova LDB para a nação. A

proposta da nova LDB, representou avanços na aplicação do plano de ajuste **neoliberal** no ensino, para combater a crise crônica que se expressa nos mais de 50 milhões de analfabetos, no alto índice de evasão e repetência escolar que se apresentava. Sua aprovação ocorreu por meio de manobras regimentais, nas quais o MEC se utilizou do texto base do senador **Darcy Ribeiro**, “mais afinado com o governo e com os interesses dos empresários do ensino” (CHIRALDELLI Jr 2003:207), do que a proposta que estava sendo elaborada na Câmara dos Deputados, na qual contou com a massiva participação e debates da sociedade.

4.3 – OS NOVOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO

A nova LDB 9394/96 se caracteriza por ser genérica e estabelece diretrizes gerais. Como principais pontos referentes à LDB, podemos destacar a descentralização administrativa e financeira, a prioridade para o ensino fundamental, municipalização, parcerias com comunidade. No tocante aos recursos financeiros, o art. 69º estabelece o que define a Constituição: União 18%; Estados, Distrito Federal e Municípios 25%. No artigo 26, que trata da estruturação curricular da educação básica, observa-se a manutenção do ensino de Artes e Educação Física, como componentes curriculares obrigatórios. O artigo 67, no ponto que trata da formação dos professores, assegura o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim.

A LDB, em seu Art.5º, afirma que “o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo”.

Já o Art. 32 afirma que “o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.” (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).

A LDB, em seu art. 34, § 2º, preconiza a progressiva implantação

SAIBA MAIS

Neoliberal - a partir da década de 1970, passou a significar a doutrina econômica que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo

Darcy Ribeiro - notabilizou-se fundamentalmente por trabalhos desenvolvidos nas áreas de educação, sociologia e antropologia tendo sido, ao lado de Anísio Teixeira, um dos responsáveis pela criação da Universidade de Brasília, elaborada no início dos anos sessentas, ficando também na história desta instituição por ter sido seu primeiro reitor. Também foi o idealizador da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Publicou vários livros, vários deles sobre os povos indígenas. Durante o primeiro governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987), Darcy Ribeiro criou, planejou e dirigiu a implantação dos Centros Integrados de Ensino Público (CIEP), um projeto pedagógico de assistência em tempo integral a crianças, incluindo atividades recreativas e culturais para além do ensino formal.

do ensino em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino, para os alunos do ensino fundamental. À medida que forem sendo implantadas as escolas de tempo integral, mudanças significativas deverão ocorrer quanto à expansão da rede física, atendimento diferenciado da alimentação escolar e disponibilidade de professores, considerando a especificidade de horários.



Figura 4.3.1: CIEP Educação em Tempo integral.

UNIDADE 5

A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA BRASILEIRA

5.1 – REFORMAS

5.2 – LEGISLAÇÃO

5.3 - PCNS

OBJETIVOS:

- Verificar os princípios jurídicos que regem a organização da escola brasileira;
- Avaliar as modificações na organização do ensino básico no Brasil;
- Identificar nos Parâmetros Curriculares Nacionais subsídios para a melhoria do sistema educacional nacional.

INTRODUÇÃO:

A presente unidade analisará os princípios jurídicos que regem a organização da escola brasileira. Após trabalharmos na unidade anterior, os princípios gerais do sistema educacional nacional, isto é, a LDB e a Constituição de 1988, nos reservaremos, nesta unidade, a identificar sobretudo nos PCN's que são considerados referências de qualidade para os Ensinos Fundamental e Médio do país, elaboradas pelo Governo Federal., e na legislação vigente, entre elas o Plano Nacional da Educação (PNE) um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação. E o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e a Ementa Constitucional nº14 , subsídios aos profissionais da área da educação no cotidiano escolar.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

ARANHA. Maria. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2000

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf>

BRASIL. Lei 10172. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em:

SAIBA MAIS

Saiba Mais sobre planejamento, competências, habilidades, hábitos, atitudes, visitando os sites:

<http://www.centrorefeducacional.com.br/compehab.htm>

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/educ23g.htm>

http://www.ppe.uem.br/publicacao/sem_ppe_2003/Trabalhos%20Completo/pdf/042.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm

CHIRALDELLI Jr. Paulo. **Filosofia e História na educação brasileira**. São Paulo: Manole, 2003

PILLETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996

COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei 9394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.- LDB http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

BRASIL. **Constituição Federal de 1988** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

BRASIL. **Emenda constitucional Nº14**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm

BRASIL. Lei nº8.060 **Estatuto da Criança e do Adolescente** <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação brasileira: projetos em disputa: Lula xFHC na campanha eleitoral**. São Paulo: Cortez, 1995

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 28ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999

5.1 REFORMAS

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

Como visto na unidade anterior, durante a Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1987, vários temas são postos à mesa, uma vez que a sociedade civil como um todo é chamada a participar do processo de construção da nova carta Magna, é neste contexto que segundo Aranha “Após a análise do rescaldo da ditadura, a situação pede não só urgente valorização do magistério, mas a necessária recuperação da escola pública, aviltada e empobrecida nesses anos todos” (2000:218).

Exatamente neste processo de constituição de uma nova carta Magna, isto é, a Constituição Federal de 1988, que ressurgiu cinquenta anos após a primeira tentativa oficial a idéia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação.

Partindo-se desta necessidade, em 2001, é sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso a Lei 10.172 a qual aprova o Plano Nacional de Educação. O PNE tem como objetivo a organização e metas para a área da educação por dez anos, definindo em seu texto que a partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.(art.2º), e decide-se por incumbir a União o processo de instituição do Sistema Nacional de Avaliação e estabelecer os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação. (art. 4º)

Em síntese, o Plano tem como objetivos:

A elevação global do nível de escolaridade da população;

A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;

A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e

A democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.



Figura 5.1.1: Fernando Henrique Cardoso.

5.2 LEGISLAÇÃO

Outros aparatos jurídicos são responsáveis pela organização da escola brasileira, fornecendo subsídios, parâmetros e metas para os estabelecimentos escolares. Desta forma, nesta parte buscaremos abordar alguns destes aparatos aos quais estão presentes no cotidiano escolar.

Muito se fala sobre o financiamento do ensino fundamental, todavia quanto ao financiamento do ensino médio, a Emenda Constitucional nº 14, assim como a Lei de Diretrizes e Bases, atribuem aos Estados à responsabilidade pela sua manutenção e desenvolvimento. De fato, o surpreendente crescimento do ensino médio nos últimos anos se deve, basicamente, às matrículas na rede estadual como destacado no texto do PNE. A diminuição da matrícula na rede privada atesta o caráter cada vez mais público deste nível de ensino. A expansão futura, porém, dependerá da utilização judiciosa dos recursos vinculados

à educação, especialmente porque não há, para este nível de ensino, recursos adicionais como os que existem para o ensino fundamental na forma do Salário Educação. Assim, como os Estados estão obrigados a aplicar 15% da receita de impostos no ensino fundamental, os demais 10% vinculados à educação deverão ser aplicados, nessa instância federativa, prioritariamente, no ensino médio. Essa destinação deve prover fundos suficientes para a ampliação desse nível de ensino, especialmente quando se considera que o ensino fundamental consta de oito séries e o Médio, de apenas três; isso significa que, mesmo com a universalização do ensino médio, o número de alunos matriculados será, no máximo, 35% daquele atendido no nível fundamental.

Estatísticas recentes confirmam esta tendência. Desde meados dos anos 80, foi no ensino médio que se observou o maior crescimento de matrículas do País. De 1985 a 1994, esse crescimento foi superior a 100%, enquanto no ensino fundamental foi de 30%. Por outro lado, o estabelecimento de um sistema de avaliação, à semelhança do que ocorre com o ensino fundamental, é essencial para o acompanhamento dos resultados do ensino médio e correção de seus equívocos. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e, mais recentemente, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).



Figura 5.2.1: ENEM.

Operados pelo MEC, os sistemas de avaliação já existentes em algumas unidades da federação que, certamente, serão criados em outras, e os sistemas estatísticos já disponíveis, constituem importantes mecanismos para promover a eficiência e a igualdade do ensino médio oferecido em todas as regiões do País.

A Lei nº 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também reserva em seu texto um espaço para tratar sobre o direito à educação em seu Art. 53. afirma que toda criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimen-

to de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Cidadania esta que é ressaltada a todo o momento como um pilar da educação. No Art. 55 estabelece a obrigação dos pais de matricularem seus filhos na rede regular de ensino. E no Art. 56 estabelece alguns deveres aos dirigentes de estabelecimentos de ensino, como comunicar ao conselho tutelar os seguintes casos: I - maus-tratos envolvendo seus alunos; II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolares esgotados os recursos escolares; III - elevados níveis de repetência.

No que trata sobre o dever do Estado (ECA) assim como a LDB e a própria Constituição Federal resalta mais uma vez em seu Art. 54 que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. E em seus incisos afirma que: § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola.

5.3 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs)

Os PCN's são considerados referências de qualidade para os Ensinos Fundamental e Médio do país, elaboradas pelo Governo Federal. O objetivo é propiciar subsídios à elaboração e reelaboração do currículo, tendo em vista um projeto pedagógico em função da cidadania do aluno e uma escola em que se aprende mais e melhor. Os PCN's, quando elaborados pelo Ministério da Educação, vieram com o objetivo de ser uma proposta inovadora e abrangente, que buscou expressar o empenho em criar novos laços entre ensino e sociedade apresentando idéias do "que se quer ensinar", "como se quer ensinar" e "para que se quer ensinar". Os PCN's não vieram com o objetivo de ser uma coleção de regras e sim, um pilar para a transformação de objetivos,

conteúdo e didática do ensino.



Figura 5.3.1: Constituição Federal de 1988.

Como objetivos gerais do PCN, destaca-se: “compreender a cidadania como participação social e política”; “utilizar o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas”; “proporcionar a noção de identidade nacional”, “combater qualquer discriminação baseada em diferenças”, “propiciar ao educando a percepção de ser integrante, e agente transformador do ambiente”; “questionar a realidade”. É a partir destes preceitos que discorre todo o texto dos PCN's, buscando oferecer aporte teórico aos profissionais da educação de como trabalhar as disciplinas em sala de aula. Os trechos transcritos anteriormente, traduzem de forma sucinta o papel da educação segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais.

O PCN por tratar-se como exposto anteriormente de um documento aberto que visa auxiliar o profissional no seu trabalho, não busca engessar o currículo, pelo contrario busca expandi-lo e fornecer subsídios para a sua constante revisão. O professor não deve estar focado na busca desenfreada por “vencer o currículo” ou por “transmitir todo o conhecimento necessário”, Não há problema em haver currículo, componentes específicos e pré-concebidos, no entanto, se exige do profissional da educação que sua elaboração parta a priori de uma definição de educação próxima à autonomia e a liberdade humana, e a posteriori de objetivos específicos de uma área ou outra.

Lançar luzes sobre como o ensino pode contribuir para a manutenção da dominação ou, ao contrário, como pode alavancar situações de resistência à dominação, pois assim como defendeu Freire



Figura 5.3.2: Edgar Morin.

a educação é sempre um ato político, ato este que deve ter como tarefa fundamental a conscientização, que acabará por despertar para a consciência crítica (FREIRE, 2000). Assim sendo, os Parâmetros Curriculares Nacionais expressão o começo de uma caminhada rumo à interdisciplinaridade de saberes e conhecimentos ao redor da atmosfera científica, tendo em vista que, como preconiza Edgar Morin, é a partir da articulação dos saberes como reforma do pensamento, que se deve levar à reforma do ensino (MORIN, 2001).

Atualmente, existe uma grande preocupação com o profissional formado que irá atuar em sala de aula, que tipo de internalização de conceitos ele foi capaz de estabelecer e como ele está sendo preparado para atuar diretamente com os educandos da educação básica. Cada vez mais se impõe um conhecimento, não só do conteúdo em si, mas de como fazer com que esse mesmo conteúdo contribua para a formação plena dos indivíduos, isto é, qual o valor e proveito que estes conhecimentos construídos no ambiente escolar têm para cada indivíduo, partindo de suas peculiaridades.

Os temas propostos nos PCN's estão vinculados ao cotidiano da maioria da população. Além do currículo composto pelas disciplinas tradicionais, propõem a inserção de temas transversais como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, entre outros. Esta estrutura curricular deverá estar sempre em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos de educação dos Estados e Municípios.

Desta forma, podemos observar que mesmo sendo uma política pública na área da educação e tendo como pilar uma lei federal, os PCN's não buscam engessar o ensino em todo o território brasileiro e nem homogeneizar o mesmo, sendo que as peculiaridades regionais são a todo o momento ressaltado durante os textos dos PCN's.